

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia das Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia prevista para ser realizada no dia 25 de abril de 2018:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomada das contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017.

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2017, conforme divulgadas em 09 de março de 2018 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e no website da Companhia e publicados nos jornais Folha de São Paulo, Diário do Pará e Diário Oficial do Estado do Pará (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. Deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2017.

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, e conforme proposta pelo Conselho de Administração em reunião datada de 08 de março de 2018.

3. Deliberação sobre o pagamento de dividendos.

Propomos a distribuição de R\$ 132.555.294,15 (cento e trinta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e quinze centavos) a título de dividendos, conforme aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 08 de março de 2018.

De acordo com nossa proposta, os dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2018, em parcela única, sem qualquer atualização monetária. A base acionária que fará jus ao recebimento dos dividendos será aquela de 25 de abril de 2018.

4. Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia e Deliberação sobre sua eleição.

Propomos que seja fixado em 6 (seis) o número de membro do Conselho de Administração da Companhia e indicamos os Srs. Carlos Augusto Leone Piani, Firmino Ferreira Sampaio Neto, José Jorge Vasconcelos de Lima, Eduardo Haiama, Augusto Miranda da Paz Júnior e Armando de Souza Nascimento aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes ao candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia acima indicado encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.

5. Fixação da remuneração global anual dos administradores.

Propomos que a remuneração global máxima dos administradores para o exercício de 2018 seja fixada no montante global de até R\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta proposta.

6. Instalação e funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018, a eleição de seus respectivos membros e a fixação de sua remuneração.

Indicamos os Srs. Saulo de Tarso Alves de Lara (suplente Moacir Gibur), Paulo Roberto Franceschi (suplente Claudia Luciana Ceccatto de Trotta), Vanderlei Dominguez da Rosa (Ricardo Bertucci) aos cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia.

No que tange à remuneração global do Conselho Fiscal, propomos que seja fixada no montante de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.

Assembleia Geral Extraordinária:

7. Rerratificação da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada no dia 25/04/2017, que aprovou a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, para alteração do seu artigo 5º

Propomos rerratificar a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada no dia 25/04/2017, que aprovou a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, para alteração do seu artigo 5º, especificamente para retificar a quantidade de ações representativas do capital social.

8. Consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência da eventual aprovação do item anterior.

De modo a consolidar a alteração do Estatuto proposta nos itens 6 acima, e em cumprimento às exigências do artigo 11 da Instrução CVM 481/2009, as informações relativas à alteração do Estatuto Social da Companhia integram a Proposta da Administração como Anexo V.

ANEXO I

Comentários dos Diretores da Companhia

Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores de nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras e nas Informações Trimestrais sobre a nossa situação financeira. Nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 10 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma distribuidora de energia elétrica, cuja área de concessão engloba todo o Estado do Pará, pertencente ao grupo Equatorial Energia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$2.583 milhões, crescimento de 21,9% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2016, R\$2.118 milhões.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$614 milhões, com EBITDA Ajustado de R\$ 904 milhões.

Ao final do exercício, a Companhia apresentava dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Baixa renda; (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) Repasses Vencidos de CDE) de R\$ 2.498,5 milhões, valor que representava 97,9% do patrimônio líquido e 2,78 vezes o EBITDA Ajustado dos últimos doze meses. A diretoria da Companhia considera que tais patamares são confortáveis e refletem a robustez patrimonial e financeira da empresa.

Para fins deste item e da definição de dívida líquida, o termo abaixo possui o seguinte significado:

- i) AVP: Ajuste a Valor Presente;
- ii) Créditos RJ = são créditos da Recuperação Judicial;
- iii) Subrogação CCC = Subrogação da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis. São valores de reembolso de investimentos realizados pela Companhia para interligação de Sistemas Isolados cujo repasse já está enquadrado pela ANEEL.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$2.118 milhões, crescimento de 14,8% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2015, R\$1.845 milhões.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$352 milhões, com EBITDA Ajustado de R\$770 milhões.

Ao final do exercício, a Companhia apresentava dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Baixa renda; (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) Repasses Vencidos de CDE) de R\$ 2.048 milhões, valor que representava 96,7% do patrimônio líquido e 2,65 vezes o EBITDA Ajustado dos últimos doze meses. A diretoria da Companhia considera que tais patamares são confortáveis e refletem a robustez patrimonial e financeira da empresa.

b. Estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 30% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 70% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 27,2% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 72,8% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 26,9% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 73,1% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Capital próprio			
Patrimônio líquido			
Capital de terceiros	2.582.714	2.118.012	1.844.970
Passivo circulante	2.028.985	2.084.922	2.209.875
Passivo não circulante	3.984.500	3.589.059	2.801.364
Total do Passivo circulante + não circulante	6.013.485	5.673.981	5.011.239
Total do passivo e patrimônio líquido	8.596.199	7.791.993	6.856.209

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Baixa renda; (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) Repasses Vencidos de CDE sobre patrimônio

líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de alavancagem observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Diretoria da Companhia esclarece que, em 31 de dezembro de 2017, o gerenciamento do seu capital está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA;
- Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de curto prazo/dívida total

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia destacam que, em 31 de dezembro de 2017, considerando o perfil de longo prazo do endividamento da Companhia, resultado das renegociações e novações advindas do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros, de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso a Companhia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Desde 2012, a Companhia contrata empresa de Rating para avaliação da sua capacidade financeira, o que auxilia no processo de captação de recursos junto a terceiros pela Companhia. Abaixo, demonstramos a evolução do rating da Companhia em escala local, de acordo com a Fitch Ratings:

2012	2013	2014	2015	2016	2017
D	BB+	A	A+	A+	AA-

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A diretoria da Companhia esclarece que além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, as principais fontes de financiamento para os projetos de investimento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram o BNDES, a Eletrobrás e a CEF, que usualmente oferecem taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento. A Companhia também possui financiamento contratados com instituições financeiras privadas, com o objetivo de financiar suas atividades, como Itaú e Citibank.

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Companhia poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha.

Os diretores da Companhia entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 3.735 milhões. A dívida líquida da Companhia atinge R\$ 2.372 milhões. Do valor da dívida bruta acima, 5% (R\$ 202 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 95% (R\$ 3.533 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Companhia era de R\$3.186 milhões. A dívida líquida da Companhia atinge R\$2.047 milhões. Do valor da dívida bruta acima, 17% (R\$391,7 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 83% (R\$2.794 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia considera como dívida bruta o saldo de R\$2.504 milhões (sendo R\$1.684 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e R\$820 milhões de Credores Financeiros da recuperação judicial) dos quais 48,2% (R\$1.208 milhões) eram em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$ 1.307 milhões.

Do valor da dívida bruta acima, 24,0% R\$ 599 milhões tinha vencimento no curto prazo e 76,0% R\$1.905 milhões tinha vencimento no longo prazo.

O saldo dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante), credores financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 totalizavam R\$ 3.735 milhões. Esse saldo líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos de Curto Prazo, Sub-rogação CCC, Valores a Receber e a Devolver de Parcela A, Depósitos Judiciais vinculados a Empréstimos, Baixa Renda, Repasses de CDE Vencidos e saldo líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos era de R\$ 2.499 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice "dívida líquida dividida pela dívida líquida mais patrimônio líquido", o resultado em 31 de dezembro de 2016 foi de 0,97.

(Em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de 2017		
	2017	2016	2015
Dívida líquida	2.371.699	2.047.386	1.306.873
Patrimônio líquido	2.582.714	2.118.012	1.844.970
Índice de endividamento	0,97	0,97	0,41

Definições:

Dívida Líquida – significa a dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Baixa renda; (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) Repasses Vencidos de CDE.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida líquida dividida pela dívida líquida mais patrimônio líquido.

$$\text{Índice de Endividamento} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{Dívida Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A diretoria da Companhia destaca abaixo as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Empréstimos e financiamentos relevantes no âmbito do Plano de Recuperação Judicial

Em 31 de dezembro de 2017, a composição da dívida da Recuperação Judicial totalizou saldo de R\$ 974 milhões. No âmbito do Plano de Recuperação Judicial, a dívida da Companhia passou por processo de novação e repactuação e abaixo estão listados os empréstimos e financiamentos relevantes no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Os saldos apresentados foram apresentados a valor presente.

ELETRÓBRÁS

Crédito repactuado em 2012, no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Entes Públicos, no valor de R\$423 milhões, com taxa de juros pré-fixada de 6,0% ao ano e com vencimento em setembro de 2034.

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$83 milhões, com taxa de juros correspondente à originalmente contratada, nos termos dos respectivos contratos, e pagos mensalmente a partir do término do prazo de carência e com vencimento 31 de agosto de 2026.

INDUSVAL

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição F de forma de liquidação, com valor R\$60 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$121 milhões, com as taxas de juros correspondente à originalmente contratada – ou seja, com taxa de juros pré-fixada de 5,28% ao ano para o período de setembro de 2012 a agosto de 2016, de 5,38% ao ano para o período de setembro de 2016 a agosto de 2021 e de 3,0% ao ano para o período de setembro de 2021 a agosto de 2026 - e com vencimento 31 de agosto de 2026.

Em 7 de junho de 2013, a Companhia e o BID celebraram o segundo aditamento ao *Loan Agreement* (Contrato de Financiamento) para, dentre outras disposições, repactuar o *covenant* financeiro de Dívida Total / EBITDA no limite de 3,50:1:00, cuja repactuação entrou em vigor a partir de 1 de outubro de 2016.

Diante da dificuldade da Companhia em cumprir o *covenant* financeiro, que culminou com descumprimento do referido *covenant* a partir de 1 de outubro de 2016, a Companhia iniciou, em agosto último, tratativas com o BID para alteração de tal índice. Em 7 de dezembro de 2016, a Companhia e o BID celebraram o terceiro aditamento ao *Loan Agreement* (Contrato de Financiamento) para, dentre outras disposições, conceder anuência com relação ao descumprimento do *covenant* financeiro indicado acima a partir de 1 de outubro de 2016. Além disso, por meio do referido instrumento, foi pactuado *covenant* financeiro de (i) Dívida Líquida / EBITDA no limite de (a) 5,50:1:00, em, ou antes de, 31 de dezembro de 2016, (b) 4,50:1,00, a partir de 1 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, e (c) 3,50:1,00, após o período do item (b); e (ii) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) no limite de (a) 75:100 (0,75) em, ou antes de, 31 de dezembro de 2016, e (b) 70:100 (0,70), após o período do item (a).

Empréstimos, financiamento e debêntures relevantes

A Companhia possui os seguintes empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes e que não foram repactuados no âmbito do plano de recuperação judicial:

BNDES

Em 11 de novembro de 2014, foi assinado pela Companhia junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0881.1 disponibilizando à Companhia um crédito no valor de até R\$498 milhões, cujos recursos são destinados à implantação do plano de investimentos da Companhia para os anos de 2013 e 2014, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, e D, correspondentes aos valores de R\$ 93,4 milhões e R\$ 8,3 milhões, respectivamente, é de 2,78% ao ano;
- Subcréditos B e E, correspondentes aos valores de R\$ 217,9 milhões e R\$ 19,4 milhões, respectivamente, é de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito C, correspondente ao valor de R\$ 156,8 milhões, é de TJLP+2,50% ao ano, limitado a 6% ao ano;
- Subcrédito F, correspondente ao valor de R\$ 2,48 milhões incidirá a TJLP + 2,78% ao ano.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2015 e término em 15 de março de 2024. O vencimento previsto do contrato é de 15 de maio de 2024.

Em 15 de dezembro de 2015, foi assinado pela Companhia junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0777.1, disponibilizando à Companhia um crédito no valor de até R\$ 863 milhões, são destinados à implantação do plano de investimentos da Companhia para os anos de 2015 a 2017, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; expansão do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, B e C, cada qual correspondente ao valor de R\$ 184,6 milhões, é de 2,86% ao ano;
- Subcrédito D, correspondente ao valor de R\$ 184,6 milhões, é de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito E, correspondente ao valor de R\$ 120,3 milhões, é de TJLP + 2,48% ao ano;
- Subcrédito F, correspondente ao valor de R\$ 4,2 milhões incidirá a TJLP.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2018 e término em 15 de março de 2024.

Os dois contratos celebrados com BNDES possuem *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 e em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Citibank

Em 29 de janeiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Citibank, sendo aditivado em 20 de janeiro de 2016 no montante de US\$112.473.955,23 (correspondentes, na data de contratação, a R\$456 milhões) e novamente em 19 de abril de 2017 no montante de US\$ 175.000.000,00 (correspondentes, na data de contratação, a R\$ 542 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131 com vencimento previsto para 19 de abril de 2020. Os encargos financeiros contratados são Libor trimestral + 1,64% ao ano.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Citibank uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de 117,25% do CDI ao ano.

Este contrato possui *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 e em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Itaú

Em 25 de fevereiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch, no montante de US\$69.483.047,00 (correspondente, na data de contratação a R\$200 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, contrato liquidado em 24 de fevereiro de 2017. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 1,99% ao ano.

Arelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de *swap* com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,80% ao ano.

Este contrato não possui *covenant* financeiro.

Debêntures

1ª emissão de debêntures

Em 17 de maio de 2016, a Companhia realizou a 1ª emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, no valor total de R\$100.000 mil, em série única, com vencimento em 30 de maio de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de 9% ao ano. Em que pese a 1ª emissão ter sido realizada em 17 de maio de 2016, as debêntures foram subscritas e integralizadas em agosto de 2016.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Até a data deste Formulário de Referência, o índice ainda não havia sido apurado para as debêntures, sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas informações financeiras do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2017.

2ª emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em até duas séries, destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 com vencimento em janeiro/2024 e a segunda série no montante total de R\$ 23.000. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a. e da segunda série IPCA + 7,00%, ambas com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública, no valor total de R\$300.000 mil, dividido em duas séries de R\$199.069 mil e R\$100.931 mil. Os juros remuneratórios das debêntures da primeira série são 6,7% a.a., sobre atualização pelo IPCA. E da segunda série IPCA mais spread de 5,9% a.a.

4ª emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures, privada, não conversíveis em ações, no valor total de R\$5000.000 mil, em série única, com vencimento em 16 de dezembro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 116% CDI a.a.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Até a data deste Formulário de Referência, o índice ainda não havia sido apurado para as debêntures, sendo que a primeira verificação será realizada com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Além das restrições descritas acima, os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia, reorganizações societárias e *cross-default*, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

Grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores da Companhia informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Para o contrato com BNDES nº 15.2.0777.1, celebrado em 15 de dezembro de 2015 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES. Do total de R\$863 milhões contratados, 71% já foram utilizados.

Para o contrato com a CAIXA nº CEF 415.877-81/2015, celebrado em 28 de julho de 2015, para financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema no entorno de Belo Monte, no âmbito do Programa Luz para todos. O limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 31 de março de 2016, sendo que a prorrogação deste prazo está sendo negociada com a CAIXA. Do total de R\$38 milhões contratados, 90% já foram utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de R\$, exceto %	2017	%AV	2016 (Reapresentado)	%AV	%AH
Receita operacional líquida	5.150.974	100%	4.574.368	100%	13%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(3.736.491)	-73%	(3.427.634)	-75%	9%
Energia elétrica comprada para revenda e custo de transmissão	(2.458.883)	-48%	(2.170.018)	-47%	13%
Custo de construção	(865.101)	-17%	(809.839)	-18%	7%
Custo da operação	(412.507)	-8%	(447.777)	-10%	-8%
Lucro bruto	1.414.483	27%	1.146.734	25%	23%
Despesas com vendas	(383.622)	-7%	(356.477)	-8%	8%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(248.162)	-5%	(149.458)	-3%	66%
Outras despesas operacionais, líquidas	(52.677)	-1%	(40.511)	-1%	30%
Total de despesas operacionais	(684.461)	-13%	(546.446)	-12%	25%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos Imposto de renda e contribuição social	730.022	14%	600.288	13%	22%
Receitas financeiras	267.961	5%	516.677	11%	-48%
Despesas financeiras	(475.256)	-9%	(695.486)	-15%	-32%
Resultado financeiro, líquido	(207.295)	-4%	(178.809)	-4%	16%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	522.727	10%	421.479	9%	24%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(28.347)	-1%	(31.468)	-1%	-10%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	119.151	2%	(38.455)	-1%	410%
					-
Impostos sobre o lucro	90.804	2%	(69.923)	-2%	230%
Lucro líquido do exercício	613.531	12%	351.556	8%	75%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 13%, para R\$5.151 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente pelo aumento significativo na: (i) Receita de Fornecimento de Energia, de 11,7% em função do aumento na tarifa da Companhia e crescimento do volume de energia fornecida; (ii) Receita de Construção, que aumentou 6,8% no exercício em referência, reflexo da retomada de investimentos em obras de melhorias; ampliação; conservação e manutenção das redes de distribuição; linhas de subtransmissão e subestações executados na área de concessão; (iii) número de cliente, que aumentou 6,2% no exercício atual; (iv) redução de perdas; (v) nos reajustes tarifários aplicados em agosto de 2016 e 2017; (vi) além do que os indicadores econômicos no Estado do Pará tiveram uma leve ascensão o que contribuiu de forma favorável para o aumento do consumo de energia.

Custos de Energia Elétrica, Construção e Operação

Nos custos apresentados, o Custo de Construção cresceu 7% no período, de R\$810 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$865 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. De acordo com os Diretores da Companhia, este crescimento se deu em virtude do aumento no volume de investimentos feitos pela Companhia no exercício em questão, tendo em vista a necessidade de expansão do serviço de energia elétrica em sua área de concessão, assim como pela necessidade de incremento da qualidade no fornecimento. Os Diretores da Companhia entendem que o impacto do aumento no Custo de Construção é neutro para o resultado final do período uma vez que

o aumento no custo é totalmente compensado por um aumento da mesma magnitude na Receita de Construção.

Os Custos com energia elétrica comprada para revenda e custo de transmissão, sofreram variações de 13,3% no exercício de 2017 comparado ao exercício de 2016, devido ao aumento do número de clientes em 6,2% e aos indicadores do Estado do Pará que cresceram de forma favorável para o aumento de consumo de energia.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas cresceram 8% no exercício, de R\$356 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$384 milhões no exercício findo encerrado em 31 de dezembro de 2017. De acordo com os Diretores da Companhia, esta variação se deu principalmente ao crescimento de serviço de terceiro, visto que a Companhia vem aumentando as ações de combate à inadimplência e além do aumentado da manutenção da rede de distribuição.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas, cresceram 66% no exercício, de R\$149 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$248 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. De acordo com os Diretores da Companhia, esta variação se deu principalmente aumento da provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas que em 2017 registrou R\$19 milhões contra R\$8.

Resultado financeiro

A despesa financeira líquida da Companhia passou de R\$179 milhões em 2016 para R\$207 milhões em 2017, representando um aumento na despesa financeira líquida em 15,9% em virtude, principalmente, do efeito da variação cambial, gerado pelo aumento do dólar em 1,5%, saindo de R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,31 em 31 de dezembro de 2017, contra uma queda do dólar em 2016 de 16,4%, saindo de R\$ 3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de uma despesa de R\$70 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$91 milhões em 2017, representando uma variação negativa de 2,3%. Segundo os Diretores da Companhia, tal aumento deveu-se principalmente em virtude da utilização dos créditos de prejuízos fiscais.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$352 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$614 milhões em 2017, representando um aumento de 75%.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de R\$, exceto %	2016 (Reapresentado)	%AV	2015	%AV	%AH
Receita operacional líquida	4.574.368	100%	4.187.313	100%	9%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(3.427.634)	-75%	(3.320.830)	-79%	3%
Energia elétrica comprada para revenda e custo de transmissão	(2.170.018)	-48%	(2.202.696)	-53%	-1%
Custo de construção	(809.839)	-18%	(663.384)	-16%	22%
Custo da operação	(447.777)	-10%	(454.750)	-11%	-2%
Lucro bruto	1.146.734	25%	866.483	21%	32%
Despesas com vendas	(356.477)	-8%	(266.619)	-6%	34%
Despesas gerais e administrativas	(149.458)	-3%	(153.925)	-4%	-3%
Outras despesas operacionais, líquidas	(40.511)	-1%	(165.982)	-4%	-76%
Total de despesas operacionais	(546.446)	-12%	(586.526)	-14%	-7%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos Imposto de renda e contribuição social	600.288	13%	279.957	7%	114%
Receitas financeiras	516.677	11%	962.708	23%	-46%
Despesas financeiras	(695.486)	-15%	(645.436)	-15%	8%
Resultado financeiro, líquido	(178.809)	-4%	317.272	8%	-156%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	421.479	9%	597.229	14%	-29%
Contribuição social	(31.468)	-1%	(13.462)	0%	134%
Imposto de renda	(58.494)	-1%	(52.028)	-1%	12%
Incentivos fiscais	58.494	1%	52.028	1%	12%
IRPJ e CSLL diferidos	(38.455)	-1%	(63.541)	-2%	-39%
Impostos sobre o lucro	(69.923)	-2%	(77.003)	-2%	-9%
Lucro líquido do exercício	351.556	8%	520.226	12%	-32%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 9%, para R\$4.574 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente pelo aumento significativo na: (i) Receita de Fornecimento de Energia, de 4% em função do aumento na tarifa da Companhia e crescimento do volume de energia fornecida; (ii) Receita de Construção, que aumentou 22% no exercício em referência, reflexo da retomada de investimentos em obras de melhorias; ampliação; conservação e manutenção das redes de distribuição; linhas de subtransmissão e subestações executados na área de concessão; (iii) Suprimento de energia elétrica, que aumentou 92% no exercício atual, pois durante todo o exercício de 2016 operou com vendas no

mercado spot, devido ao cenário de sobrecontratação bem como em função da recontratação de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) enquanto que em 2015 a mesma apresentava um cenário de exposição e a queda do consumo no ano de 2016 pela crise financeira no país.

Em contrapartida, houve aumento significativo na conta CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, que significa encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica, com valor fixado anualmente pela ANEEL) referente às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR (empréstimo fornecido por um conjunto de bancos à CCEE e repassado às distribuidoras) e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014.

Custos de Energia Elétrica, Construção e Operação

Nos custos apresentados, o Custo de Construção cresceu 22% no período, de R\$ 663 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 810 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, este crescimento se deu em virtude do aumento no volume de investimentos feitos pela Companhia no exercício em questão, tendo em vista a necessidade de expansão do serviço de energia elétrica em sua área de concessão, assim como pela necessidade de incremento da qualidade no fornecimento. Os Diretores da Companhia entendem que o impacto do aumento no Custo de Construção é neutro para o resultado final do período uma vez que o aumento no custo é totalmente compensado por um aumento da mesma magnitude na Receita de Construção.

Os Custos com energia elétrica comprada para revenda e transmissão, e custo da operação, não sofreram variações relevantes no exercício de 2016 comparado ao exercício de 2015.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas cresceram 34% no exercício, de R\$ 266 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 356 milhões em 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, esta variação se deu principalmente ao crescimento nos títulos baixados para perdas comerciais e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$216 milhões no exercício de 2016, em virtude de antecipações de provisões de faturas de fraude, e aumento da inadimplência no exercício.

Outras despesas operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais, líquidas reduziram 76% no exercício, de R\$ 166 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 41 milhões em 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, esta variação se deu principalmente pela redução no saldo de Perda/ganho na desativação de bens e direito, que passou de R\$172 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$19 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido ao período da Revisão Tarifária onde a CELPA teve um volume significativo de baixas de ativos, alienações e desativações de bens.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido passou de uma receita de R\$317 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma despesa de R\$179 milhões em 2016, apresentando uma redução de 156%. A variação ocorreu, de acordo com os Diretores da Companhia, devido principalmente a: (i) redução na rubrica de ajuste a valor presente sobre o saldo de recuperação judicial no montante de R\$405 milhões, que no exercício anterior teve seu reconhecimento inicial devido à uma mudança nos termos dos contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da Recuperação Judicial, que durante esta fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extra concursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1 de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela Companhia, sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme, consignado

e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade, quanto em valor, aprovaram a saída da empresa do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL), manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Desta forma, após análises feitas pela Companhia, as quais foram concluídas em junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Com base neste contexto, a Companhia procedeu a realização de ajuste a valor presente, cujo saldo representava, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 423 milhões, sendo R\$ 363 milhões de empréstimos e financiamentos, R\$ 32 milhões de credores operacionais, R\$ 27 milhões de intragrupos, e R\$ 0,5 milhão de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC - 12; (ii) redução de R\$412 milhões de receita com operações com instrumentos financeiros derivativos, onde no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 tivemos despesa de Swap no valor de R\$226 milhões, devido a queda do dólar em 2016, contra uma receita no mesmo período de 2015; (iii) houve um aumento de R\$498 milhões no resultado financeiro com variação monetária e cambial da dívida impactado principalmente pelo efeito da variação cambial derivado da queda do dólar em 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, contra uma alta de 33% se comparando ao exercício anterior.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de R\$597 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$421 milhões em 2016, representando uma redução de 29%. Segundo os Diretores da Companhia, tal redução deveu-se principalmente à redução do resultado financeiro da Companhia, o qual está explicado no item "Resultado financeiro" acima.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$520 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$352 milhões em 2016, representando uma redução de 32%.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de R\$, exceto %	2015	% AV	2014	% AV	% AH
Receita operacional líquida	4.187.313	100%	3.987.178	100%	5%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(3.320.830)	-79%	(3.149.728)	-79%	5%
Energia elétrica comprada para revenda ⁽¹⁾	(2.202.696)	-53%	(1.881.382)	-47%	17%
Custo de construção	(663.384)	-16%	(858.556)	-22%	-23%
Pessoal	(83.272)	-2%	(86.776)	-2%	-4%
Material	(10.071)	0%	(11.991)	0%	-16%
Serviços de terceiros	(171.277)	-4%	(159.882)	-4%	7%
Depreciação e amortização	(171.580)	-4%	(163.343)	-4%	5%
Subvenção – CCC	20.179	0%	29.000	1%	-30%
Outros	<u>(38.729)</u>	-1%	<u>(16.798)</u>	0%	131%
Lucro operacional bruto	866.483	21%	837.450	21%	3%
Despesas com vendas ⁽²⁾	(266.619)	-6%	(218.064)	-5%	22%
Despesa gerais e administrativas ⁽³⁾	(140.391)	-3%	(136.293)	-3%	3%
Depreciação e amortização	(13.534)	0%	(7.709)	0%	76%
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(165.982)</u>	-4%	<u>(78.964)</u>	-2%	110%
Total de despesas operacionais	(586.526)	-14%	(441.030)	-11%	33%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos de renda e contribuição social	279.957	7%	396.420	10%	-29%
Receitas financeiras	962.708	23%	479.806	12%	101%
Despesas financeiras	<u>(645.436)</u>	-15%	<u>(683.599)</u>	-17%	-6%
Resultado financeiro, líquido	317.272	8%	(203.793)	-5%	-256%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	597.229	14%	192.627	5%	210%
Provisões de impostos sobre o lucro	(77.003)	-2%	152.590	4%	-150%
Lucro líquido do exercício	520.226	12%	345.217	9%	51%

(1)Inclui Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição

(2)Inclui Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis

(3)Inclui Despesa com pessoal de administradores e Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida cresceu 5%, passando de R\$3.987 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.187 milhões em 2015. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente, (i) pelo crescimento de 5,8% em relação a 2014, correspondente a um incremento de 127.698 novas unidades consumidoras atendidas pela empresa de janeiro a dezembro de 2015. O número de clientes residenciais atingiu 1.987.682, evoluindo 5,7% de 2014 para 2015, com incremento de 107.515 novos consumidores nessa classe; (ii) pelo aumento significativo da Conta de Desenvolvimento Energético "CDE" no ano de 2015, devido às amortizações das parcelas de do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014; e (iii) queda de 23% na Receita de Construção, em virtude do menor volume de investimentos realizados pela Companhia no exercício de 2015 em relação a 2014. Do total pago, R\$77.419 milhões refere-se a empréstimo ACR e R\$179.669 milhões de quota CDE e quota Tesouro.

Custo da energia elétrica, construção e operação

O custo de energia elétrica, construção e operação, atingiu R\$ 3.321 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, portanto, 5% acima dos R\$ 3.150 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação refere-se principalmente ao custo da energia comprada para revenda que tem por consequência os seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo o valor médio no ano de 2015 ficou em R\$223,00 por MWh (em 2014 ficou em R\$603,39 por MWh); e (ii) A exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações das Usinas que compõem o 12º leilão de energia nova e 2º leilão de fonte alternativa e cancelamentos de contratos relacionados ao Grupo Bertin, referentes ao 6º e 7º leilão de energia nova. O Custo de Construção apresentou queda de 23% no período, equivalente a R\$ 195 milhões em virtude da redução no volume de investimentos realizados pela Companhia no exercício de 2015 em comparação a 2014. Os Diretores da Companhia entendem que o impacto da variação no Custo de Construção é neutro para o resultado final do período uma vez que é totalmente compensado por um aumento da mesma magnitude na Receita de Construção.

Despesas operacionais

As despesas operacionais estão compostas pelas despesas com vendas, gerais e administrativas, depreciação e amortização e outras despesas operacionais, no qual teve um aumento de 33% (ou R\$ 145 milhões), passando de R\$ 441 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 587 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação decorreu principalmente pelas seguintes contas:(i) a provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com créditos incobráveis que passou de R\$ 73 milhões em 2014 para R\$ 118 milhões em 2015, representando um aumento de 62,6%, e (ii) despesas gerais e administrativas que passaram de R\$ 136 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para

R\$ 140 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 representando um aumento de 3%.

Outras despesas operacionais, líquidas

Os Diretores da Companhia entendem que a variação de 110% em Outras despesas operacionais, líquidas deve-se principalmente ao aumento de R\$ 63 milhões de Perdas na desativação de bens e direitos comparando no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para 2014.

Resultado antes do resultado financeiro líquido e imposto de renda e contribuição social

Os Diretores da Companhia entendem que o resultado antes do resultado financeiro líquido e imposto de renda e contribuição social apresentou uma redução de 29% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para 2014 em função do maior nível de Perdas na desativação de bens e direitos conforme comentado na seção anterior, assim como pelo aumento nas Despesas Operacionais, conforme comentado em seção específica.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido passou de uma despesa de R\$204 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para uma receita de R\$317 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, apresentando uma variação de 256%. De acordo com os Diretores da Companhia, o aumento decorreu, principalmente pelas rubricas abaixo:

Ajuste a valor presente de RJ

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia procedeu a realização de ajuste a valor presente na receita financeira, no valor de R\$ 380 milhões devido a mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12.

Instrumentos financeiros derivativos

Crescimento de R\$159 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, refere-se principalmente ao resultado do swap atrelado a variação cambial e à contratação de novas operações de swap em 2015, acrescendo ao valor nocional o montante de R\$125 milhões com a operação com o Santander e as repactuações dos swaps com o Itaú e Citibank.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$193 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$597 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 210%.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do exercício da Companhia passou de

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Em milhares de R\$, exceto %	<u>2017</u>	<u>% AV</u>	<u>2016</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.402	13%	182.874	2%	488%
Investimentos de curto prazo	525	0%	983.726	13%	-100%
Contas a receber de clientes	1.563.737	18%	1.510.833	19%	4%
Contas a receber - bandeiras tarifárias	5.192	0%	1.993	0%	161%
Aquisição de combustível - conta CCC	77.895	1%	64.738	1%	20%
Serviços pedidos	135.055	2%	91.749	1%	47%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	43.277	1%	-	0%	100%
Depósitos judiciais	7.689	0%	8.974	0%	-14%
Estoques	9.974	0%	9.131	0%	9%
Impostos e contribuições a recuperar	73.971	1%	64.801	1%	14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	42.066	1%	57.478	1%	-27%
Outros créditos a receber	112.798	1%	59.187	1%	91%
	3.147.581	37%	3.035.484	39%	4%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	454.447	5%	270.707	3%	68%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	8.466	0%	65.824	1%	-87%
Aquisição de combustível - conta CCC	101.311	1%	93.306	1%	9%
Depósitos judiciais	86.954	2%	140.259	2%	-38%
Instrumentos financeiros derivativos	48.720	1%	-	0%	100%
Impostos e contribuições a recuperar	68.107	1%	66.343	1%	3%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	45.561	1%	42.833	1%	6%
Imposto de renda e contribuições social diferidos	8.401	0%	-	0%	100%
Outros créditos a receber	72.344	1%	66.067	1%	10%
Ativo financeiro da concessão	1.776.977	21%	1.554.103	20%	14%
Investimentos	15.128	0%	6.674	0%	127%
Intangível	2.762.202	32%	2.450.933	31%	13%
	5.448.618	63%	4.756.509	61%	15%
Total do ativo	8.596.199	100%	7.791.993	100%	10%
Em milhares de R\$, exceto %	<u>2017</u>	<u>% AV</u>	<u>2016</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>

Passivo e patrimônio líquido

Circulante					
Fornecedores	697.858	8%	619.237	8%	13%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	14.886	0%	13.878	0%	7%
Empréstimos e financiamentos	193.478	2%	383.847	5%	-50%
Debêntures	7.346	0%	3.758	0%	95%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	63.774	1%	-100%
Impostos e contribuições a recolher	364.046	4%	264.156	3%	38%
Impostos sobre lucro a recolher	1.120	0%	2.669	0%	-58%
Dividendos	127.216	1%	68.921	1%	85%
Encargos do consumidor	32.961	0%	21.059	0%	57%
Contribuição de iluminação pública	14.003	0%	27.388	0%	-49%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	59.569	1%	43.544	1%	37%
Participação nos lucros	31.543	0%	31.968	0%	-1%
Partes relacionadas	60	0%	51.188	1%	-100%
Instrumentos financeiros derivativos	19.946	0%	58.820	1%	-66%
Valores a pagar da recuperação judicial	8.544	0%	96.409	1%	-91%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	28.070	0%	50.393	1%	-44%
Outras contas a pagar	428.339	5%	283.913	4%	51%
	2.028.985	24%	2.084.922	27%	-3%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.678.277	20%	1.019.500	13%	65%
Debêntures	987.462	11%	956.469	12%	3%
Impostos e contribuições a recolher	36.489	0%	35.946	0%	2%
Imposto de renda e contribuições social diferidos	-	0%	101.996	1%	-100%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	31.278	0%	-100%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	91.557	1%	120.089	2%	-24%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	14.269	0%	52.052	1%	-73%
Partes relacionadas	8.601	0%	8.118	0%	6%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	123.340	1%	112.189	1%	10%
Valores a pagar da recuperação judicial	965.523	11%	912.337	12%	6%
Plano de aposentadoria e pensão	43.216	1%	38.412	0%	13%
Outras contas a pagar	35.766	0%	200.673	3%	-82%
	3.984.500	46%	3.589.059	46%	11%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.521.740	18%	1.521.740	20%	0%
Reserva de reavaliação	130.160	2%	149.385	2%	-13%
Reservas de lucros	936.422	11%	450.321	6%	108%
Outros resultados abrangentes	(5.608)	0%	(3.434)	0%	63%
	2.582.714	30%	2.118.012	27%	22%
Total do passivo e patrimônio líquido					
	8.596.199	100%	7.791.993	100%	10%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu o montante de R\$3.148 milhões em 31 de dezembro de 2017, com um aumento de 4% ao valor atingido de R\$3.035 milhões em 31 de dezembro de 2016. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

Caixa e equivalentes de caixa

A variação em caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 488% saindo de R\$183 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.075 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação no saldo de aplicações financeiras de curto prazo foi influenciada pela adequação da política de investimentos da Companhia, migrando recursos de investimento de curto prazo para equivalentes de caixa, uma vez que utiliza na sua gestão diária de caixa este investimento com característica de recompra e alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2016, não havia fundos de investimentos classificados em caixa e equivalente caixa.

Investimentos de curto prazo

A variação em investimentos de curto prazo apresentou uma redução de 100% saindo de R\$984 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$0,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 representando variação negativa de 100% decorrente do resultado de adequação à política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos Exclusivos do Grupo Equatorial Energia) para caixa e equivalentes de caixa. Estas aplicações apesar de atenderem anteriormente às premissas do CPC 03 (R2), quanto à classificação como caixa e equivalentes de caixa, estavam classificadas como investimentos de curto prazo, pois não havia a expectativa da Administração em utilizar estes recursos na gestão de caixa da Companhia.

Contas a Receber de Clientes

A variação em contas a receber de clientes, que apresentou crescimento de R\$1.511 milhões em 2016 para R\$ 1.564 milhões em 2017 representando variação positiva de 4%, dos saldos nas rubricas de contas a receber de consumidores faturados e parcelamentos, referem-se respectivamente, a melhora na arrecadação ocasionada pelo aumento das ações de cobrança; e negociações dos débitos dos clientes inadimplentes com mais de cinco faturas da Companhia.

Serviços pedidos

A variação em serviços pedido, que apresentou um aumento de 47% saindo de R\$92 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 135 milhões em 31 de dezembro de 2017. Foi influenciada principalmente pelo crescimento em R\$7 milhões de emissão de ordens de serviços para apuração de custos com a execução dos serviços de relocação de instalações elétricas, R\$16 milhões na instalação e retirada de rede e ramal de serviço de caráter temporário para o estabelecimento de fornecimento provisório e R\$15 milhões de aplicação de recursos em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Aquisição de Combustível - Conta CCC da companhia era de R\$ 78 milhões e R\$665 milhões, respectivamente, representando um aumento de 20%, esta variação evidenciada está atrelada crescimento de R\$8 milhões registrado não circulante e de R\$13 milhões no circulante que vem sendo recebido de acordo com os prazos preestabelecidos.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

A variação em valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros, que apresentou um aumento de 100% saindo de R\$0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 43 milhões em 31 de dezembro de 2017. Foi influenciada por principalmente pelo elevação dos custos dos novos contratos de compra de energia vigente em 2017 além da alta das despesas com risco hidrológico e Efeito Disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está a baixo do nível esperado, o acionamento de térmicas valoradas ao PLD se faz necessário, incorrendo em maiores custos e ainda um de aumento em 137% dos encargos do serviço do sistema que refere-se ao pagamento de usinas térmicas despachadas que operam com preço de compra acima do PLD.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante atingiu o montante de R\$5.449 milhões em 31 de dezembro de 2017, com um aumento de 15% ao valor informado em 31 de dezembro de 2016, de R\$4.757 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

Contas a Receber de Clientes

Aumento no contas a receber de clientes em virtude do grande volume de parcelamento efetuados em 2017 a longo prazo saindo de R\$271 milhões em 31 de dezembro 2016 para R\$454 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Ativo financeiro da concessão e intangível

Acréscimo de 13% nos saldos do ativo financeiro da concessão e ativo intangível, que somados representam R\$4.539 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$4.005 milhões em 31 de dezembro de 2016, em virtude do objetivo de expandir a capacidade de distribuição de energia e melhoria na qualidade do serviço prestado em sua área de concessão.

Instrumentos financeiros derivativos

Aumento de 100% dos Instrumentos financeiros derivativos em virtude da variação positiva do dólar, fazendo com que os instrumentos financeiros derivativos deixassem de apresentar um resultado negativo, tornando-se um ativo.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu o montante de R\$2.029 milhões em 31 de dezembro de 2017, com uma redução de 3% ao montante em 31 de dezembro de 2016, de R\$2.085 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Empréstimos e financiamentos

Houve redução de 50% no exercício, R\$190 milhões, sendo os principais fatores a transferência de longo para curto prazo de R\$362 milhões, acréscimo de R\$73 milhões de variação monetária, cambial e encargos e a redução do saldo pelo pagamento da dívida, amortização do principal e pagamento de juros no montante de R\$ 625 milhões.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

A variação entre 2016 e 2017 é decorrente do resultado do reajuste tarifário de agosto 2017 que gerou um ativo regulatório, sendo afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica está abaixo do nível esperado, causando o acionamento de térmicas valoradas ao PLD, A Compra de Energia

também contribuiu para o aumento desse item, motivado pelo aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017, acrescido de aumento do custo com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento ao mercado.

Partes Relacionadas

O saldo circulante de Partes Relacionadas apresentou uma redução de 100% no exercício, R\$51 milhões, sendo o principal motivo a liquidação do mútuo com a Equatorial Energia no valor aproximado de R\$51 milhões.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2017, atingiu o montante de R\$3.985 milhões, com um incremento de 11% ao montante em relação aos R\$3.589 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2016. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

Empréstimos e financiamentos

Houve aumento de 65% no exercício, R\$ 659 milhões, sendo os principais fatores foram a contratação de R\$971 milhões de empréstimo, acréscimo de R\$ 50 milhões de variação monetária e cambial e, a redução do saldo pela transferência de longo para curto prazo de R\$362 milhões.

Imposto de renda e contribuições social diferidos

A Companhia realizou R\$ 8.754 de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDAM até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2018.

Instrumentos financeiros derivativos

Houve redução de R\$ 31 milhões para 0, deixando a condição de passivo para virar ativo, visto que é suscetível às variações cambiais, principalmente a do dólar que sofreu uma alta em relação a 31 de dezembro de 2016.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a conta Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros da Companhia era de R\$14 milhões e R\$52 milhões, respectivamente, representando uma redução de 73%. A referida redução está atrelado ao aumento de R\$49 milhões no saldo passivo de Ultrapassagem de demanda e excedente reativo e um aumento de R\$ 87 milhões no saldo de ativo regulatório causado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica está abaixo do nível esperado, causando o acionamento de térmicas valoradas ao PLD.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido foi de R\$2.583 milhões, comparados aos R\$2.118 milhões em 31 de dezembro de 2016, ou seja, foi observado um aumento de 22%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu devido ao lucro do exercício.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Em milhares de R\$, exceto %	2016	% AV	2015	% AV	% AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	182.874	2%	40.860	1%	348%
Investimentos de curto prazo	983.726	13%	757.774	11%	30%
Contas a receber de clientes	1.510.833	19%	1.246.976	18%	21%
Contas a receber - bandeiras tarifárias	1.993	0%	104	0%	1816%
Aquisição de combustível - conta CCC	64.738	1%	221.298	3%	-71%
Serviços pedidos	91.749	1%	77.589	1%	18%
Depósitos judiciais	8.974	0%	2.306	0%	289%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	71.810	1%	-100%
Estoques	9.131	0%	7.535	0%	21%
Impostos e contribuições a recuperar	64.801	1%	40.807	1%	59%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar					
Outros créditos a receber	57.478	1%	49.700	1%	16%
	59.187	1%	43.391	1%	36%
	3.035.484	39%	2.560.150	37%	19%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	270.707	3%	199.624	3%	36%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.284	1%	65.824	1%	-1%
Aquisição de combustível - conta CCC	93.306	1%	-	0%	-
Depósitos judiciais	140.259	2%	141.512	2%	-1%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	145.688	2%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	66.343	1%	56.619	1%	17%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar					
Outros créditos a receber	42.833	1%	39.661	1%	8%
	66.067	1%	74.992	1%	-12%
Ativo financeiro da concessão	1.554.103	20%	1.414.027	21%	10%
Investimentos	6.674	0%	6.748	0%	-1%
Intangível	2.450.933	31%	2.151.364	31%	14%
	4.756.509	61%	4.296.059	63%	11%
Total do ativo	7.791.993	100%	6.856.209	100%	14%

Em milhares de R\$, exceto %	2016	% AV	2015	% AV	% AH
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	619.237	8%	565.740	8%	9%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	13.878	0%	20.737	0%	-33%
Empréstimos e financiamentos	383.847	5%	598.780	9%	-36%
Debêntures	3.758	0%	-	0%	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	63.774	1%	35.409	1%	80%
Impostos e contribuições a recolher	264.156	3%	231.170	3%	14%
Impostos sobre lucro a recolher	2.669	0%	-	0%	-
Dividendos	68.921	1%	17.366	0%	297%
Encargos do consumidor	21.059	0%	33.205	0%	-37%
Contribuição de iluminação pública	27.388	0%	-	0%	-
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	43.544	1%	52.454	1%	-17%
Participação nos lucros	31.968	0%	31.882	0%	0%
Partes relacionadas	51.188	1%	258.656	4%	-80%
Instrumentos financeiros derivativos	58.820	1%	-	0%	-
Valores a pagar da recuperação judicial	96.409	1%	91.446	1%	5%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	50.393	1%	99.115	1%	-49%
Outras contas a pagar	283.913	4%	173.915	3%	63%
	2.084.922	27%	2.209.875	32%	-6%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.019.500	13%	1.084.807	16%	-6%
Debêntures	956.469	12%	-	0%	-
Impostos e contribuições a recolher	35.946	0%	49.605	1%	-28%
Imposto de renda e contribuições social diferidos	101.996	1%	63.541	1%	61%
Instrumentos financeiros derivativos	31.278	0%	-	0%	-
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	120.089	2%	95.573	1%	26%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	52.052	1%	27.837	0%	87%
Partes relacionadas	8.118	0%	49.861	1%	-84%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	112.189	1%	98.395	1%	14%
Valores a pagar da recuperação judicial	912.337	12%	995.599	15%	-8%
Plano de aposentadoria e pensão	38.412	0%	36.718	1%	5%
Outras contas a pagar	200.673	3%	299.428	4%	-33%
	3.589.059	46%	2.801.364	41%	28%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.521.740	20%	1.521.740	22%	0%
Reserva de reavaliação	149.385	2%	171.456	3%	-13%
Reservas de lucros	450.321		150.465	2%	199%
Outros resultados abrangentes	(3.434)	0%	1.309	0%	-362%
	2.118.012	27%	1.844.970	27%	15%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.791.993	100%	6.856.209	100%	14%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu o montante de R\$3.035 milhões em 31 de dezembro de 2016, com um aumento de 19% ao valor atingido de R\$2.560 milhões em 31 de dezembro de 2015. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

Caixa e equivalentes de caixa

A variação em caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 348% saindo de R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 183 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo de aplicações financeiras de curto prazo foi influenciada pela adequação da política de investimentos da Companhia, migrando recursos de investimento de curto prazo para equivalentes de caixa (CDB), com característica de recompra e alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Investimentos de curto prazo

A variação em investimentos de curto prazo apresentou um aumento de 30% saindo de R\$758 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 984 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo de fundos de investimentos foi influenciada por captações de recursos no montante de R\$ 960 milhões referente a emissão de debêntures, R\$ 90 milhões de capital de giro do BNDES, e amortizações de empréstimos e financiamentos e debêntures no valor de R\$ 341.868 e pagamentos de dividendos no valor de R\$22 milhões.

Contas a Receber de Clientes

A variação em contas a receber de clientes, que apresentou crescimento de R\$ 1.247 milhões para R\$ 1.511 milhões, consequência das ações de combate às perdas de energia da Companhia, que no momento de regularizar uma ligação irregular, é faturado parte do montante perdido em períodos anteriores à regularização, o que provoca um prazo médio maior de recebimento do contas a receber da Companhia; aumento da inadimplência dos clientes da classe comercial; várias municípios fecharam o ano inadimplentes ocasionando um aumento nas classes de poder público e iluminação pública, com exceção de COSANPA e; aumento no volume de negociação nas classes residencial, comercial e Poder público.

Instrumentos financeiros derivativos

A variação em instrumentos financeiros derivados, que apresentou uma redução de R\$72 milhões para zero, uma vez que no exercício de 31 de dezembro de 2016 o dólar acumulou uma queda de 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, fazendo com que o *swap* deixasse de apresentar um resultado positivo, tornando-se um passivo.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Aquisição de Combustível - Conta CCC da companhia era de R\$ 65 milhões e R\$221 milhões, respectivamente, representando uma redução de 71%, pois em 2016 a companhia entendeu que parte do crédito junto à Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – Conta CCC, será realizado a longo prazo, efetuando uma transferência de R\$93 milhões para o não circulante. Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante atingiu o montante de R\$4.757 milhões em 31 de dezembro de 2016, com um aumento de 11% ao valor informado em 31 de dezembro de 2015, de R\$4.296 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente: (i) pelo aumento no contas a receber de clientes em virtude do grande volume de parcelamento efetuados em 2016 a longo prazo, uma vez que houve uma baixa de parcelamentos para perdas relevantes no início do ano de R\$56 milhões, desta forma reduziu-se o saldo dos parcelamentos, porém, com o volume de parcelamentos efetuados no período a longo prazo, a variação se torna relevante somente no não circulante; (ii) pelo acréscimo de 12% nos saldos do ativo financeiro da concessão e ativo intangível, que somados representam R\$440 milhões, com o objetivo de expandir a capacidade de distribuição de energia e melhoria na qualidade do serviço prestado em sua área de concessão e, (iii) pela redução de 100% dos Instrumentos financeiros derivativos em virtude da variação do dólar que acumulou uma queda de 17%, fazendo com que o *swap* deixasse de apresentar um resultado positivo, tornando-se um passivo.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu o montante de R\$2.085 milhões em 31 de dezembro de 2016, com uma redução de 6% ao montante em 31 de dezembro de 2015, de R\$2.210 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

Empréstimos e financiamentos

Houve redução de 36% no exercício, R\$215 milhões, sendo os principais fatores foram a transferência de longo para curto prazo de R\$119 milhões, acréscimo de R\$84 milhões de variação monetária, cambial e encargos e, a redução do saldo pelo pagamento da dívida, amortização do principal e pagamento de juros no montante de R\$418 milhões.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

Aumento no saldo de 80%, representado por R\$28 milhões, principalmente devido ao reajuste tarifário de agosto 2016 onde foi constituído um passivo a devolver ao consumidor em decorrência da geração de receita com exposição financeira no montante de R\$ 64 milhões, deste valor R\$39 milhões correspondem ao saldo do circulante, que em comparação com 2015 em que a Companhia apresentou uma despesa; Em 2016 a Companhia reclassificou os valores de ultrapassagem de demanda, conforme sua realização, para o não circulante, gerando uma variação de R\$10 milhões no circulante.

Partes Relacionadas

O saldo circulante de Partes Relacionadas apresentou uma redução de 80% no exercício, R\$207 milhões, sendo o principal motivo a transferência do saldo de longo para o curto prazo, o pagamento de mútuo com sua controladora Equatorial energia de R\$56 milhões e, pagamento referente à Cessão de créditos provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial no montante de R\$ 229 milhões.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2016, atingiu o montante de R\$3.589 milhões, com um incremento de 28% ao montante em relação aos R\$2.801 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2015. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente pelas rubricas abaixo:

Empréstimos e financiamentos

Houve redução de 6% no exercício, R\$ 65 milhões, sendo os principais fatores foram a contratação de R\$182 milhões de empréstimo, redução de R\$131 milhões de variação monetária e cambial e, a redução do saldo pela transferência de longo para curto prazo de R\$119 milhões.

Debêntures

Houve crescimento de zero para R\$956 milhões, sendo o principal fator as emissões de debêntures, sendo emissões privadas de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias reais e adicional fidejussória da controladora Equatorial Energia, em série únicas, no montante total de R\$ 960 milhões, com vencimentos em 2019, 2020, 2021, 2023 e 2024, e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

Houve crescimento de zero para R\$31 milhões, esse saldo apresentou aumento, visto que é suscetível às variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar que sofreu uma baixa de 17% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a conta Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros da companhia era de R\$52 milhões e R\$28 milhões, respectivamente, representando um aumento de 87% principalmente: (i) devido à exposição financeira que: (a) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o PLD teve média de R\$ 279,85 sendo superior ao mesmo período de 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015; (b) no exercício de 31 de dezembro de 2016, a Companhia teve o volume de excedente no mercado de curto prazo inferior, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio deste mesmo período de 2016 menor no patamar de R\$ 112,80; e (c) em conjunto, a Companhia teve a redução do

despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores; e (ii) em virtude do 3º ciclo tarifário, segundo o PRORET - Outras Receita deverão constituir um ativo financeiro correspondente Ultrapassagem de Demanda e Reativo Excedente, que pelas regras anteriores eram consideradas como obrigações especiais .

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido foi de R\$2.118 milhões, comparados aos R\$1.845 milhões em 31 de dezembro de 2015, ou seja, foi observado um aumento de 15%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu devido ao lucro do exercício.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Em milhares de R\$, exceto %	<u>2015</u>	<u>% AV</u>	<u>2014</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	40.860	1%	54.210	1%	-25%
Investimentos de curto prazo	757.774	11%	506.473	8%	50%
Contas a receber de clientes	1.246.976	18%	807.309	13%	54%
Contas a receber - bandeiras tarifárias	104	0%	-	-	-
Aquisição de combustível - conta CCC	221.298	3%	236.701	4%	-7%
Serviços pedidos	77.589	1%	65.426	1%	19%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-		204.441	3%	-100%
Depósitos judiciais	2.306	0%	595	0%	288%
Instrumentos financeiros derivativos	71.810	1%	64.553	1%	11%
Estoques	7.535	0%	16.703	0%	-55%
Impostos e contribuições a recuperar	40.807	1%	70.200	1%	-42%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	49.700	1%	26.964	0%	84%
Outros créditos a receber	43.391	1%	52.962	1%	-18%
	2.560.150	37%	2.106.537	35%	22%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	199.624	3%	116.021	2%	72%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-		229.796	4%	-100%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.824	1%	113.255	2%	-42%
Depósitos judiciais	141.512	2%	127.141	2%	11%
Instrumentos financeiros derivativos	145.688	2%	232	0%	62697%
Impostos e contribuições a recuperar	56.619	1%	60.985	1%	-7%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	39.661	1%	36.238	1%	9%
Outros créditos a receber	74.992	1%	53.847	1%	39%
Ativo financeiro da concessão	1.414.027	21%	909.817	15%	55%
Investimentos	6.748	0%	6.885	0%	-2%
Intangível	2.151.364	31%	2.283.638	38%	-6%
	4.296.059	63%	3.937.855	65%	9%
Total do ativo	6.856.209	100%	6.044.392	100%	13%

Em milhares de R\$, exceto %

	2015	% AV	2014	% AV	% AH
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	565.740	8%	828.442	14%	-32%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	20.737	0%	19.266	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	598.780	9%	713.576	12%	-16%
Impostos e contribuições a recolher	231.170	3%	172.391	3%	34%
Dividendos	17.366	0%	-	-	-
Encargos do consumidor	33.205	0%	668	0%	4871%
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	99.115	1%	-	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	35.409	1%	-	-	-
Partes relacionadas	258.656	4%	225.019	4%	15%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	52.454	1%	55.017	1%	-5%
Participação nos lucros de empregados	31.882	0%	24.694	0%	29%
Valores a pagar da recuperação judicial	91.446	1%	79.631	1%	15%
Outras contas a pagar	173.915	3%	163.057	3%	7%
	2.209.875	32%	2.281.761	38%	-3%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.084.807	16%	1.536.608	25%	-29%
Impostos e contribuições a recolher	49.605	1%	76.330	1%	-35%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.541	1%	-	-	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	95.573	1%	184.311	3%	-48%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	27.837	0%	-	-	-
Partes relacionadas	49.861	1%	343.076	6%	-85%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	98.395	1%	86.869	1%	13%
Valores a pagar da recuperação judicial	995.599	15%	256.230	4%	289%
Plano de aposentadoria e pensão	36.718	1%	47.768	1%	-23%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0%	306.000	5%	-100%
Outras contas a pagar	299.428	4%	197.002	3%	52%
	2.801.364	41%	3.034.194	50%	-8%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.521.740	22%	924.524	15%	65%
Reserva de reavaliação	171.456	3%	211.401	3%	-19%
Reservas de lucros	150.465	2%	-	-	-
Prejuízos acumulados	-		(392.340)	-6%	-100%
Outros resultados abrangentes	1.309	0%	(15.148)	0%	-109%
	1.844.970	27%	728.437	12%	153%
Total do passivo e patrimônio líquido	6.856.209	100%	6.044.392	100%	13%

Ativo circulante

O Ativo circulante atingiu em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$2.560 milhões, um aumento de 22% comparado ao montante em 31 de dezembro de 2014, de R\$2.107 milhões. Os diretores da Companhia entendem que as principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo totalizaram em R\$799 milhões, comparado a R\$561 milhões, em 31 de dezembro de 2014. Tal aumento, de 42%, é principalmente resultado da política de aumento na liquidez da Companhia, seja através de captação de recursos através de operações de crédito, seja através da geração de caixa operacional na Companhia.

Contas a receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2015, houve crescimento de 54% no valor a receber de clientes em função do aumento no volume de faturamento da Companhia, notadamente no último trimestre do ano devido à concentração do esforço da Companhia no combate e redução das suas perdas de energia, acumulando um volume maior de faturas emitidas próximas à data de encerramento do balanço.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

O saldo de Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros obteve uma redução de R\$ 204 milhões, tal variação ocorreu em virtude do reconhecimento, no reajuste tarifário da Companhia, de maior custo de compra de energia que estava sendo incorrido ao longo de 2014 e passou a ser compensado desde o final de 2014 e durante o ano de 2015.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante atingiu o montante de R\$4.296 milhões em 31 de dezembro de 2015, com um aumento de 9% comparado ao montante em 31 de dezembro de 2014 de R\$3.938 milhões. Os diretores da Companhia entendem que as principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo financeiro da concessão e intangível

Acréscimo de R\$372 milhões, nos saldos do Ativo financeiro de concessão e intangível, devido ao aumento nos investimentos feitos pela Companhia em 2015, com o contínuo objetivo de expandir a capacidade de distribuição de energia e melhoria na qualidade do serviço prestado em sua área de concessão.

Instrumentos financeiros derivativos

Crescimento de R\$145 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, refere-se principalmente ao resultado do *swap* atrelado à variação cambial de 47%, saindo de R\$2,66 em dezembro de 2014 para R\$3,90 ao final de 2015 e à contratação de novas operações de *swap* em 2015, acrescendo ao valor nocial o montante de R\$125 milhões com a operação com o Santander e as repactuações dos SWAP com o Itaú e Citibank.

Passivo circulante

O Passivo circulante atingiu o montante de R\$2.210 milhões em 31 de dezembro de 2015, com uma redução de 3% comparado ao montante em 31 de dezembro de 2014, de R\$2.282 milhões. Os diretores da Companhia entendem que as principais rubricas que influenciaram essa redução foram:

Fornecedores

Com uma redução de 32% do saldo de fornecedores devido principalmente, a pagamentos na aquisição de combustível em razão dos repasses da CCC efetuados pela Eletrobrás, na aquisição de materiais e serviços devido sobretudo à redução da atividade de investimentos e em suprimentos de energia elétrica em razão da redução do preço de aquisição no mercado spot, tendo 166,89 R\$/MWh em dezembro de 2015 (R\$/MWh 603,39 em 31 de dezembro de 2014). O preço de liquidação de diferença médio estimado do exercício de 2015 foi de R\$295,61.

Empréstimos e financiamentos

Com uma redução de 16% do saldo de empréstimos e financiamentos de R\$ 714 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 599 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo os principais fatores: (i) a captação de empréstimos e financiamentos de R\$125 milhões; (ii) transferência de longo para curto prazo de R\$396 milhões; (iii) crescimento de R\$ 131 milhões da variação monetária e cambial e encargos; e (iv) a redução do saldo pelo pagamento do principal de empréstimos e financiamentos e juros no montante de R\$767 milhões.

Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

O aumento do saldo de Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas, comparado em 31 de dezembro de 2015 para 2014, foi decorrente à transferência de saldo entre circulante e não circulante.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante atingiu o montante de R\$2.801 milhões em 31 de dezembro de 2015, com uma redução de 8% comparado ao montante em 31 de dezembro de 2014, de R\$ 3.034 milhões. Os diretores da Companhia entendem que as principais rubricas que influenciaram essa redução são:

Empréstimos e financiamentos

Houve uma redução de 29% ou R\$ 452 milhões, sendo os principais fatores: (i) a captação de empréstimos e financiamentos de R\$768 milhões, sendo R\$218 milhões no BNDES, R\$34 milhões na Caixa, R\$23 milhões no Banco IBM, R\$200 milhões no ITAU e R\$294 milhões no Citibank; (ii) crescimento de R\$223 milhões de variação monetária e cambial e encargos e a redução do saldo pela transferência de longo para curto prazo de R\$396 milhões; e (iv) a transferência de R\$1.046 milhões para a conta de Recuperação Judicial.

Valores a pagar da recuperação judicial:

Acréscimo de 289% do saldo, ou R\$739 milhões, decorrente da reclassificação das dívidas com credores financeiros de empréstimos e financiamentos para a conta de recuperação judicial no montante de R\$1.046 milhões e a redução pelo reconhecimento do AVP no montante R\$ 395 milhões.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo com partes relacionadas totalizou R\$50 milhões, comparado ao montante de R\$343 milhões em 31 de dezembro de 2014. Tal redução foi de 85% ou R\$293 milhões, onde em 16 de junho de 2015, a Equatorial integralizou capital no montante de R\$291 milhões do crédito cedido pelo BNDES.

Adiantamento para futuro aumento de capital

A redução desta conta deve-se à capitalização de créditos referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que totalizam R\$306 milhões, em 31 de dezembro de 2014.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido foi de R\$1.845 milhões, comparado ao montante de R\$728 milhões em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de 153%. Os diretores da Companhia entendem que tal variação deu-se, em grande parte, pelo aumento no capital social da Companhia de R\$597 milhões aprovado em 16 de junho de 2015 e pela redução dos prejuízos acumulados, de R\$ 392 milhões para zero, já que o lucro líquido da Companhia foi de R\$520 milhões no ano de 2015.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia gerou suas receitas principalmente a partir da distribuição de energia em sua área de concessão.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Um dos fatores que impactaram materialmente nos resultados operacionais da CELPA é do Ambiente Regulatório onde a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.

Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deveria ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e teria efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.

Em 03 de agosto de 2012, a juíza da 13ª Vara Cível, Drª. Maria Filomena de Almeida Buarque, competente para processar e julgar o pedido de Recuperação Judicial da Empresa, decidiu, nos autos do processo nº 0005939-47.2012.814.0301, pela aplicação imediata do reajuste nas tarifas de Energia Elétrica, sob pena de multa de R\$ 500.000,00. Os efeitos desta decisão persistem até hoje.

O Governo Federal publicou a MP 579/2012, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, que tem por objetivo a redução das tarifas de energia elétrica, através da renovação das concessões de geração e transmissão, que venceriam até 2017, exclusão da Cota de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e redução da Cota de Desenvolvimento Energético (CDE), todos encargos setoriais presentes na fatura.

Como resultado da referida lei, em 24 de janeiro de 2013, foi realizada uma publicação extraordinária de Resolução Homologatória nº 1467, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013.

Em 4 de agosto de 2015, a ANEEL, em Reunião de Diretoria pública, aprovou o resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da CELPA para o período 07 de agosto de 2015 a 06 de agosto de

2019. Os resultados homologados serão a base econômica para os reajustes tarifários do período de 2016 a 2018.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores, já considerando o efeito dos componentes financeiros neste ano tarifário, é de 7,19%, sendo 10,22% para os consumidores de alta tensão e 5,86% para os consumidores de baixa tensão.

Nesta mesma reunião, a ANEEL definiu em 10,15% o patamar de perdas técnicas sobre energia injetada e o percentual de 34,0% de perdas não-técnicas sobre o mercado de baixa tensão, sem trajetória de redução até o final deste ciclo tarifário. Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu as parcelas ex-ante do Fator X da CELPA em 1,50% (componente Pd) e 0,21% (componente T). A estes percentuais ainda deverá ser somado ou subtraído o componente Q, vinculado aos indicadores de qualidade do serviço, que deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

Outro fator importante é a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, válida até 2022; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDAM, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

A perda de energia é outro fator que afeta o resultado operacional da Companhia em que as perdas totais encerraram o trimestre em 27,5% da energia requerida, queda de 0,8 p.p.

Em 26 de julho de 2017, a ANEEL homologou as tarifas da CELPA para aplicação no período de 7 de agosto de 2017 a 06 de agosto de 2018, na ocasião o reajuste médio percebido pelo consumidor foi de 7,19%.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional líquida da Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$5.151 milhões, com aumento de 14%, se comparado com a receita operacional de R\$4.513 milhões de 2016. O crescimento no volume de energia vendida foi de 0,3%. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida somou R\$4.513 milhões, crescimento de 7,8%, comparado ao exercício social de 31 de dezembro de 2015 que apresentou receita operacional líquida de R\$4.187 milhões.

Em 02 de agosto de 2016, a ANEEL homologou o reajuste das tarifas da Companhia cujo impacto médio ao consumidor foi de 7,55%. O índice de reajuste econômico representou 13,37%, enquanto que o efeito líquido da inclusão e exclusão de componentes financeiros resultou numa redução de 5,82%. O reajuste passou a ter efeito a partir de 07 de agosto de 2016.

Em agosto de 2015, a Companhia passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, no qual a tarifa praticada pela Companhia foi reajustada em média em 7,47%, sendo 12,08% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -4,61% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 07 de agosto 2015 a 06 de agosto de 2016.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D: Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis. O Contrato de Concessão CELPA de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia.
- Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

- Os diretores da Companhia entendem que os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP, SELIC e taxa de câmbio (Dólar):
- IGP-M: Parte da metodologia do órgão regulador para determinação da tarifa de venda na distribuição de energia está atrelada ao IGP-M, assim como 4,6% do endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 (nos exercícios encerrados 2016 e 2015 representou respectivamente: 4,2% e 7,72%).
- IPCA: As tarifas dos contratos de compra de energia estão atreladas ao IPCA, assim como 15,8% do endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 (nos exercícios encerrados 2016 e 2015 representou respectivamente: 10,1%; 4,31%).
- CDI: Todas as aplicações financeiras da Emissora e cerca de 40,6% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI, em 31 de dezembro de 2017 (nos exercícios encerrados 2016, 2015 e 2014 representou respectivamente: 9,6%; 2,12% e 7,62%).
- SELIC: 8,8% do endividamento da Companhia está atrelado a SELIC, em 31 de dezembro de 2017 (nos exercícios encerrados 2016, 2015 e 2014 representou respectivamente: 5,1 %; 7,28% e 0%).
- TJLP: 9,3% do endividamento da Companhia está atrelado a TJLP, em 31 de dezembro de 2017 (nos exercícios encerrados 2016, 2015 e 2014 representou respectivamente: 4,6 %; 10 % e 8,8%).
- Taxas de câmbio: 10,7% do endividamento da Companhia está indexado ao Dólar, em 31 de dezembro de 2017 (nos exercícios encerrados 2016, 2015 e 2014 representou respectivamente: 26%; 48% e 34%).

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

Não se aplica, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não se aplica, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2017

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

2016

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

2015

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes em relação às Demonstrações Financeiras para os exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Ênfases: Não houve ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017, e às Demonstrações Financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A seguir estão listadas apenas as estimativas determinadas pela Administração da Companhia como mais importantes com base em seu julgamento e na probabilidade de impacto relevante, caso outras estimativas fossem utilizadas em seu lugar. Há outras estimativas e julgamentos que são efetuados, porém para o impacto da alteração ou substituição destas não são esperadas alterações relevantes para as demonstrações financeiras da Equatorial.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados.

As políticas contábeis que podem ter impacto relevante, estão descritas a seguir:

Registro das operações de fornecimento de energia elétrica

As receitas das operações da Companhia são oriundas do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas ao serviço, sendo mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia.

Devido a complexidade na captura, processamento e registro das transações, bem como a alta dependência dos sistemas de tecnologia envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia consideramos esse assunto significativo.

Ativos financeiros da concessão

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro da concessão na Companhia, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Os saldos compostos pelos direitos de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão, amortizáveis até o prazo final da concessão são reconhecidos como ativo intangível pelas controladas.

Decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, existe o risco de que a bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível apresente distorções atribuídas a erros nas estimativas preparadas pelas controladas. Adicionalmente, observa-se que o ativo financeiro, que representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário, por investimentos de bens não reversíveis e não amortizados, deve ser atualizado conforme orientações do Órgão Regulador.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Devido à relevância, complexidade e julgamento utilizados para a mensuração do ativo financeiro da concessão, a Administração da Companhia avalia esta política contábil como crítica.

Provisão para contingências

A Companhia figura como ré em ações de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas. A Companhia exerce julgamento relevante na determinação dos montantes que devem ser reconhecidos como provisão para contingências, bem como na divulgação de processos não provisionados, em que a expectativa de perda é considerada como possível e as perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação, portanto, há um julgamento que envolve a mensuração do passivo, onde um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou no agregado, pode ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Considerando à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que pode impactar o valor e divulgações desses passivos nas demonstrações financeiras avaliamos esta política contábil como crítica.

Plano de recuperação judicial (CELPA)

A Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial em 2012, com a finalidade de permitir a continuidade da sua atividade econômica. O plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores. Em dezembro de 2014 o juiz da 13ª. Vara Cível e Empresarial de Belém/PA decretou por encerrada a recuperação judicial, com base no que dispõem os artigos 61 e 63 da Lei nº 11.102/05 e diante da manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público. Porém a referida decisão não transitou em julgado, tendo em vista a interposição de Recursos que ainda restam pendentes de julgamento pelo

Tribunal de Justiça. O plano de recuperação judicial possui efeito legal e as obrigações nele estabelecidas devem ser atendidas por todos os seus credores. A liquidação da dívida da Companhia deve ser plenamente atendida em função de potenciais sanções dos órgãos reguladores, com prazo previsto para encerramento em 2034.

Considerando a complexidade das condições legais do plano de recuperação judicial e ao alongamento das dívidas, a relevância dos impactos e divulgações nas demonstrações financeiras e aos julgamentos envolvidos, a Administração da Companhia determina esta política contábil como crítica.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pela Emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas Demonstrações Financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

Para informações sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos, vide item 10.1(g) deste Formulário de Referência.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas Demonstrações Financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos quatro exercícios sociais:

Em R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Programa Luz Para Todos	144	231	219
Manutenção da Rede	87	80	90
Expansão e Melhoria da Rede	498	373	327
Equipamentos e Sistemas	41	29	48
Interligação de Sistemas Isolados	78	78	(15)
Outros Investimentos	18	19	32
Total	866	810	700

- **Interligação de Sistemas Isolados:** Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
- O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660 e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para Interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.
- Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$ 285.786 (R\$ 220.709 em 31 de dezembro de 2016), ficando um saldo a receber de R\$ 230.002 (R\$ 294.372 em 31 de dezembro de 2016).
- **Programa de Redução de Perdas:** são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas da CELPA.
- **Linhas e Subestações de Distribuição e Manutenção/Melhorias No Sistema:** Investimentos feitos com caixa próprios, ou com recursos financiados por bancos privados ou estatais, destinados a manutenção, ampliação e melhorias do sistema elétrico da Companhia.
- **Programa Luz Para Todos e Universalização:** Programa que utiliza recursos do fundo CDE para interligação de consumidores que não possuíam conexão com o Sistema Interligado Nacional (SIN), visando a universalização do acesso à energia elétrica no país.
- **Manutenção de Rede:** Investimentos destinados à manutenção ou melhoria da qualidade do fornecimento de energia aos consumidores, assim como à redução do custo de operação da Companhia.
- **Expansão e Melhoria da Rede:** Investimentos destinados à expansão da cobertura da rede de distribuição com vistas a acompanhar o crescimento de consumo de energia na área de concessão da Companhia.
- **Equipamentos e Sistemas:** Investimentos em equipamentos e sistemas de informação e informática para melhoria na qualidade da operação e redução de custos operacionais da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco da Amazônia – BASA, ELETROBRÁS, BNDES, BID e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como DEBÊNTURES e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequado.

Os recursos para o Programa Luz Para Todos são provenientes de subvenção da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento ("FINISA") da CAIXA e de recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes referentes a este item foram citadas acima.

ANEXO II
ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)
Destinação do lucro líquido

(Valores apresentados em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 613.531

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos propostos: R\$ 132.555

Valor dos dividendos por ação preferencial classe A: R\$ 0,06

Valor dos dividendos por ação preferencial classe B: R\$ 0,07

Valor dos dividendos por ação preferencial classe C: R\$ 0,06

Valor dos dividendos por ação ordinária: R\$ 0,06

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A proposta da administração é distribuir 26% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6404/76.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor
Preferenciais "A"	2.166.816	130
Preferenciais "B"	1.085.373	76

Preferenciais "C"	1.201.249	72
Ordinárias	2.204.620.569	132.277
Total	2.209.074.007	132.555

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Serão pagos em parcela única até 31 de dezembro de 2018, em data a ser definida pela Administração.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito ao recebimento dos dividendos anunciados aqueles acionistas identificados como tais na data de realização da Assembleia Geral Ordinária.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia registrou os seguintes resultados nos últimos 3 exercícios:

2017	2016	2015
-------------	-------------	-------------

Lucro do Exercício	613.531	351.556	520.226
Lucro por ação (R\$)	0,28	0,16	0,24
Quantidade de ações ao final do exercício (mil)	2.209.074	2.209.074	2.209.074

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Valor por Ação (lote de unidades de reais)

Deliberação	Proventos	Valor	ON	PNA	PNB	PNC
31.12.2017						
Reunião do Conselho de Administração de 08 de março de 2018	Dividendos	132.555	0,06	0,06	0,07	0,06
31.12.2016						
Reunião do Conselho de Administração de 07 de março de 2017	Dividendos	88.417	0,04	0,05	0,07	0,04
31.12.2015						
Reunião do Conselho de Administração de 10 de março de 2016	Dividendos	22.267	0,01	0,05	0,07	0,03

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 30.676

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

5% do Lucro Líquido subtraído do valor destinado à absorção de Prejuízos Acumulados pela Companhia e destinação às Reservas Legal e Fiscal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

- a) as ações preferenciais de classe "A" terão direito a receber dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- b) as ações preferenciais de classe "B" terão direito a receber dividendo mínimo de 10% (dez por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- c) as ações preferenciais de classe "C" terão direito a receber dividendo mínimo de 3% (três por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Preferenciais classe A: R\$ 90 mil

Preferenciais classe B: R\$ 75 mil

Preferenciais classe C: R\$ 25 mil

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Preferenciais classe A: R\$ 0,041331521

Preferenciais classe B: R\$ 0,068885867

Preferenciais classe C: R\$ 0,020665757

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme artigo 202 da lei 6.404 e artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido da Companhia.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Art. 34- Os lucros líquidos apurados serão destinados, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

b) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;

c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76;

d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no artigo 35, infra;

e) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76;

f) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo único, infra, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado a reserva

R\$ 375.882

c. Descrever como o montante foi calculado

Saldo remanescente entre o Lucro Líquido do exercício subtraídos dos Prejuízos Acumulados e dos saldos destinados à Reserva Legal e Reserva Fiscal, e distribuição de dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

R\$ 74.416

b. Explicar a natureza da destinação

“Em 14 de maio de 2007, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CELPA ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. Em atendimento à lei 11.638/07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM foi contabilizado no resultado do período e, posteriormente, transferido para a Reserva de lucros – Incentivos Fiscais.”

ANEXO III
Remuneração da Administração
Item 13 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com padrão de excelência requerido pela Companhia. As práticas de remuneração objetivam a criação de uma cultura direcionada ao atingimento de resultados, através do alcance e superação de metas que sejam interessantes para a Companhia, colaboradores e acionistas.

b) composição da remuneração

i. elementos da remuneração e os objetivos

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia recebem honorários fixos mensais pelo desempenho de suas funções, alinhados à média de mercado, objetivando atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não fazem jus à remuneração variável e/ou quaisquer benefícios.

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorário fixo mensal, benefícios, participação nos resultados e planos de previdência. A remuneração fixa é alinhada à média de mercado e definida através de pesquisa de mercado, utilizando-se a metodologia Hay Group, e objetiva: (i) a motivação, com o objetivo primordial a geração de valor para a Companhia, e (ii) otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos visando a atrair e a reter profissionais capacitados e considerados “chave” para a sustentabilidade de seus negócios, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado com quem atua. A remuneração variável, por sua vez, é determinada através do atingimento de metas e está atrelada ao valor praticado na Companhia, objetivando: (i) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; e (ii) vincular o desempenho dos Diretores ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos; (iii) alinhar a remuneração dos Diretores com os interesses dos acionistas da Companhia. Os benefícios recebidos pelos Diretores são: plano de saúde e odontológico, auxílio refeição, previdência privada FASCEMAR e seguro de vida. Tanto os benefícios e o plano de previdência são alinhados com práticas de mercado de forma a compor a remuneração total dos administradores da Companhia.

Adicionalmente, muito embora o Comitê de Auditoria da Equatorial possua participação na decisão dos órgãos de administração da Companhia, além de exercer outras funções e atividades, este comitê não recebe e nem recebeu qualquer remuneração desde sua criação em 2014.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

31 de dezembro de 2017			
Orgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	39,38%	4,42%	56,20%

31 de dezembro de 2016			
Orgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável
Conselho Fiscal	100%	0%	0%
Conselho de Administração	100%	0%	0%
Diretoria Estatutária	55,57%	9,19%	35,24%

31 de dezembro de 2015			
Orgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável
Conselho Fiscal	100%	0%	0%
Conselho de Administração	100%	0%	0%
Diretoria Estatutária	31,85%	5,28%	62,87%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de reajuste específico para cada um dos componentes da remuneração, tanto para conselheiros, quanto para diretores estatutários. Sobre a metodologia de cálculo, periodicamente, analisa-se as práticas de mercado, obtidas através de pesquisa de mercado, que objetiva avaliar a aderência interna dos valores à realidade do mercado, o que pode motivar reajustes.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar.

Sua totalidade é aprovada em Assembleia Geral da Companhia e é distribuída conforme determinação do Conselho de Administração da Companhia.

v. Existência de membros não remunerados

No exercício social corrente, um membro da diretoria e três membros do conselho de administração não são remunerados, pois renunciaram à remuneração. Os demais membros da diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

Para a parcela fixa da remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal são consideradas pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e avaliações de desempenho individuais, atrelados ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

A remuneração variável dos diretores estatutários é definida através de um sistema de gestão de metas, previamente contratadas e alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia. Os principais indicadores avaliados incluem: EBITDA, geração operacional de caixa, execução de investimentos, indicadores de qualidade, indicadores de satisfação de clientes e funcionários, índices de perdas de energia, dentre outros.

Muito embora o Comitê de Auditoria da Equatorial possua participação na decisão dos órgãos de administração da Companhia, além de exercer outras funções e atividades, este comitê não recebe e nem recebeu qualquer remuneração desde sua criação em 2014.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No que tange aos diretores estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

As metas da presidência são desdobradas para cada diretoria e assim por diante de forma que o alcance das metas de forma segmentada contribuam para o resultado da Companhia. Além disso, é necessário que a Companhia atinja um desempenho mínimo desejado para que haja o pagamento da remuneração variável, neste mesmo sentido resultados excepcionais também refletem em remuneração variável diferenciada.

O Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia recebem apenas remuneração fixa, portanto não há indicadores de desempenho atrelados a tal remuneração.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes.

Os indicadores definidos como metas, cujos resultados influenciam em sua remuneração variável, são estabelecidos de modo a alinhar os interesses dos administradores da Companhia com os interesses dos seus acionistas no curto e no médio prazo.

A remuneração do Conselho de Administração é fixa e não considera indicadores de desempenho. Não há outra informação quanto ao alinhamento de curto, médio e longo prazo da Companhia.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não houve, nos 3 últimos exercícios, bem como no exercício social corrente, parcela da remuneração recebida por administradores ou conselheiros fiscais da Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia em função de exercício do cargo na mesma.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 – Valores Anuais				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b.i. Nº total de Membros	6	8	4	18
b.ii. Nº de membros remunerados	3	7	4	14
c.i. Remuneração fixa anual	302.400,00	4.143.579,01	259.200,00	4.705.179,01
Salário ou Pró-labore	252.000,00	3.180.000,00	216.000,00	3.648.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	327.579,01	-	327.579,01
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
Outros (INSS parte empresa)	50.400,00	636.000,00	43.200,00	729.600,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	
c.ii. Remuneração variável	-	4.199.209,06	-	4.199.209,06
Bônus	-	3.499.340,88	-	3.499.340,88
Participação nos resultados	0	0	0	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros (INSS parte empresa sobre bônus)	-	699.868,18	-	699.868,18
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS sobre bônus		
c.iii. Benefícios Pós-emprego	0	230.916,13	0	230.916,13
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
c.v. Remuneração baseada em ações*	0	0	0	0
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	
d. Total da remuneração	302.400,00	8.573.704,20	259.200,00	
e. Total da remuneração dos Órgãos				9.135.304,20

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 – Valores Anuais				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b.i. Nº total de Membros	6	8	4	18
b.ii. Nº de membros remunerados	3	7	4	14
c.i. Remuneração fixa anual	302.400,00	3.826.179,01	237.600,00	4.366.179,01
Salário ou Pró-labore	252.000,00	2.915.500,00	198.000,00	3.365.500,00
Benefícios diretos e indiretos	-	327.579,01	-	327.579,01
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	-
Outros (INSS parte empresa)	50.400,00	583.100,00	39.600,00	673.100,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	
c.ii. Remuneração variável	-	4.993.530,26	-	4.993.530,26
Bônus	-	4.161.275,22	-	4.161.275,22
Participação nos resultados	0	0	0	-
Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	-
Comissões	0	0	0	-
Outros (INSS parte empresa sobre bônus)	-	832.255,04	-	832.255,04
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS sobre bônus		-
c.iii. Benefícios Pós-emprego	0	179.916,13	0	179.916,13
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	-
c.v. Remuneração baseada em ações*	0	0	0	-
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	
d. Total da remuneração	302.400,00	8.999.625,40	237.600,00	
e. Total da remuneração dos Órgãos				9.539.625,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	6,00	7,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	3,00	6,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou Pró-labore	252.000,00	2.536.000,00	162.000,00	2.950.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	297.747,22	0,00	297.747,22
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	50.400,00	507.200,00	32.400,00	590.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.607.716,30	0,00	1.607.716,30
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	321.543,26	0,00	321.543,26
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS sobre bônus		
Pós-emprego	0,00	121.828,80	0,00	121.828,80
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	
Total da remuneração	302.400,00	5.477.864,58	194.400,00	5.974.664,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	7,42	8,00	3,00	18,42
Nº de membros remunerados	3,00	6,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou Pró-labore	352.000,00	2.510.000,00	147.210,00	3.009.210,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	284.000,00	0,00	284.000,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	70.400,00	502.000,00	29.440,00	601.840,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2016	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	104.000,00	0,00	104.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	
Total da remuneração	422.400,00	3.400.000,00	176.650,00	3.999.050,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2018 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b. Número de Membros	6	8	4	18
c. Número de Membros remunerados	3	7	4	14
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	3.850,00	0	3.850,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0	3.499,34	0	3.499,34
e. Participação no resultado:	0	0	0	0
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0	0	0	0

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b. Número de Membros	6	8	4	18
c. Número de Membros remunerados	3	7	4	14
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	1.955	0	1.955,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	8.000	0	8.000,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0	4.161,27	0	4.161,27
e. Participação no resultado:	0	0	0	0
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0	0	0	0

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	6	7	3	16
c. Número de Membros remunerados	3	6	3	12
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	1.955	0,00	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0,00	8.000	0,00	8.000
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	5.773,78	0,00	5.773,78
e. Participação no resultado:	0,00	0,00	0,00	0,00
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7,42	8,00	3,00	18,00
c. Número de membros remunerados:	0	6,00	0	6,00
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	0	0,00	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.250	0,00	3.250
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.850	0,00	2.850
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	0,00	0,00	0,00	0,00
e. Em relação à participação no resultado:	0,00	0,00	0,00	0,00
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Somente os Diretores Estatutários têm planos de previdência privada na Fundação de Previdência Complementar - Fascemar. Os Conselheiros Fiscais e de Administração não gozam desse benefício.

EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ mil)	
a. Órgão:	Diretoria
b. Número total de membros:	8
c. Número de membros remunerados	7
d. Nome do plano:	Plano de Benefícios CELPA OP
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:	N/A
f. Condições para se aposentar antecipadamente:	N/A
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 128.916,13
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:	R\$ 51.000,00
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:	Não.

EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)	
a. Órgão:	Diretoria
b. Número total de membros:	07
c. Número de membros remunerados	06
d. Nome do plano:	Plano de Benefícios CELPA OP
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:	N/A
f. Condições para se aposentar antecipadamente:	N/A
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 54.789,00

h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:	R\$ 31.040,00
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:	Não.

EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ mil)	
a. Órgão:	Diretoria
b. Número total de membros:	08
c. Número de membros remunerados	08
d. Nome do plano:	Plano de Benefícios CELPA OP
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:	N/A
f. Condições para se aposentar antecipadamente:	N/A
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 49.797,17
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:	R\$ 18.030,00
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:	Não.

máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
	7	8	6	6	7,42	4	3	3
	6	6	3	3	3	4	3	3
32	2.404.297,00	1.963.014,00	100.800,00	100.800,00	140.800,00	59.400,00	64.800,00	58.883,33
20	394.876,30	480.000,00	100.800,00	100.800,00	140.800,00	59.400,00	64.800,00	58.883,33
77	912.977,43	566.666,67	100.800,00	100.800,00	140.800,00	59.400,00	64.800,00	58.883,33

Diretoria Estatutária
erapção foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que r remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
erapção foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que r remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
erapção foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que r remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.

Conselho de Administração
erapção foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que r remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.

31/12/2015	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
-------------------	---

Conselho Fiscal	
31/12/2017	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2016	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2015	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício de 2017 (R\$ mil)				
Órgão	Conselho Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	66,67%		41,30%	81,82%

Exercício de 2016 (R\$ mil)				
Órgão	Conselho Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	33,33%		62,48%	100,00%

Exercício de 2015 (R\$ mil)				
Órgão	Conselho Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	52,27%		37,40%	95,65%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais os administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há remuneração suportada por controladas da Companhia, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido atribuídas aos integrantes do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, em função do exercício do cargo na própria Companhia.

No entanto, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal da Companhia recebem remuneração de seus controladores e sociedades sob controle comum, em razão do exercício de função relacionada aos respectivos cargos ocupados em seus controladores ou sociedades sob controle comum, conforme tabelas abaixo:

EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ mil)				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	3.240,42	180,00	6.512,10	9.932,53
Sociedades sob controle comum	-	126,00	4.809,48	4.935,48
Controladas do emissor	-	-	-	-

EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	180,00	182,67	4.166,06	4.528,73
Sociedades sob controle comum	0,00	126,00	1.408,61	1.534,61
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ mil)				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	300,00	164,45	6.494,85	6.959,30
Sociedades sob controle comum	0,00	99,25	5.445,56	5.544,81
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00



13.16 - Outras informações relevantes

Os valores de remuneração divulgados nas notas explicativas “Partes Relacionadas – Remuneração de Pessoal-chave da Administração” das demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios sociais e os apresentados no quadro 13.2 deste Formulário de Referência divergem em função da não inclusão, nas respectivas notas explicativas de valor correspondente às contribuições para INSS sobre a remuneração fixa da Diretoria e do Conselho de Administração e sobre a remuneração variável da Diretoria.



ANEXO IV

CANDIDATOS AOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL **Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 481/09)**

12.5 – Em relação aos candidatos a membros do Conselho de Administração do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador?	Membro Independente	Mandatos Consecutivos
Paulo Roberto Franceschi	12/06/1951	Contador	171.891.289-72	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	25/04/2018	25/04/2018	AGO 2019	Não há	Sim	Não	2
Saulo de Tarso Alves de Lara		Administrador	678.691.498-53	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	25/04/2018	25/04/2018	AGO 2019	Não há	Sim	Não	6
Vanderlei Dominguez da Rosa	09/09/1963	Contador	422.881.180-91	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	25/04/2018	25/04/2018	AGO 2019	Não há	Sim	Não	3
Ronaldo Garcia Barboza	22/09/1965	Administrador	829.270.497-34	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	25/04/2018	25/04/2018	AGO 2019	Não há	Não	Não	1
Moacir Gibur	26/08/1966	Contador	574.558.569-20	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	25/04/2018	25/04/2018	AGO 2019	Não há	Sim	Não	3
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta	05/06/1971	Advogada	606.362.629-87	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	25/04/2018	25/04/2018	AGO 2019	Não há	Sim	Não	4
Ricardo Bertucci	02/08/1977	Contador	003.673.579-50	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	25/04/2018	25/04/2018	AGO 2019	Não há	Sim	Não	1

Subitens m e n do item 12.5:

Saulo de Tarso Alves de Lara – candidato a membro efetivo do conselho fiscal

Saulo de Tarso Alves de Lara é graduado em Administração de Empresas (1979) pela Fundação Getúlio Vargas. Fez cursos de extensão no IMD - International Management Development (1984) onde obteve sua pós graduação na área de *Control and Finance*. O Sr. Lara iniciou sua carreira na Arthur Andersen permanecendo como auditor externo por dez anos. No período de 1987 até 1996 atuou no segmento da construção civil, em indústria cimenteira, responsável pela área de controle e controle corporativo das operações do Brasil e América do Sul. Em 1996, foi indicado para ser o CFO de empresa Americana, do ramo de embalagens. Em 1998, foi contratado como diretor de Planejamento e Controle da Cyrela Brazil Realty, permanecendo na companhia até 2010, quando assumiu o cargo de Diretor de Controladoria na PDG Realty. Desde 2013, é CFO da Greenwood Resource Brasil.

Paulo Roberto Franceschi, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr Paulo Roberto é sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal, desde 1995. Como Sócio sênior, tem como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Trabalhou em Auditoria Internacional por 18 anos antes de estabelecer a sociedade Audicontrol. É membro titular do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Bematech S.A., Equatorial Energia S.A. (controladora do Emissor), Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (empresa do grupo econômico do Emissor). É também membro suplente do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Cia. Energética de Pernambuco – CELPE, Tecnisa S.A., Weg S.A., BB Seguridade Participações S.A., Schulz S.A. O Sr. Paulo Roberto cursou Ciências Econômicas pela FAE Business School e Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

Vanderlei Dominguez da Rosa, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr. Dominguez é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em cursos de extensão em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É sócio-executivo da empresa HB Audit – Auditores Independentes S.S. e sua principal função é a de executar, revisar e supervisionar os trabalhos de auditoria independente e é o responsável técnico perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Atua como membro efetivo do Conselho Fiscal das empresas: Odontoprev S.A., Sanepar, Tecnisa S.A., Weg S.A.; e como membro suplente do conselho fiscal das empresas Marcopolo S.A., Padtec S.A., IdeiasNet S.A., Officer Distribuidora S.A.; Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho Fiscal das empresas Triunfo Participações e Investimentos S.A., Equatorial Energia



S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (estas duas últimas integrantes do grupo econômico do Emissor), OSX Brasil S.A., Tegma Gestão e Logística S.A., Multiplus S.A., MPX Energia S.A., Tupy S.A., Marisol S.A..

Ronaldo Garcia Barboza, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr. Ronaldo é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Salgado de Oliveira, é pós-graduado em Gestão Estratégica e Qualidade pela Universidade Cândido Mendes, possui MBA em Economia e Gestão em Energia pela COPPEAD e possui curso para Conselheiros de Administração pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). Profissionalmente, atuou na antiga CERJ (atual Ampla) entre 1981 e 2008. Atualmente, é gerente do Departamento de Governança Corporativa da Eletrobrás.

Moacir Gibur – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Gibur é sócio da empresa Audicontrol Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal desde 2001, tendo anteriormente trabalhado na Emilio Romani S.A. e na Russel Bedford Auditores Independentes. O Sr. Gibur foi membro titular do Conselho Fiscal da Siderquímica S.A.

Claudia Ceccatto de Trotta – candidata a membro suplente do conselho fiscal

A Sra. Trotta é formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e especializada em Direito Societário pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente, é sócia de Trotta, Ceccatto Advogados Associados, sociedade de advogados com atuação especializada nas áreas de Direito Societário, Empresarial, Investimentos Estrangeiros, Contratos Empresariais, Direito Administrativo e Concorrencial, Direito Ambiental, Direito Civil e Imobiliário, desde 2013. Também foi sócia, por 18 anos, do Escritório Augusto Prolik – Advogados Associados, atuando como advogada nas áreas de Direito Empresarial, Direito Societário, Contratos e Investimentos Estrangeiros. A Sra. Trotta também é membro da Comissão de Sociedades de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, desde julho de 2013 e foi instrutora da Comissão de Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, responsável pela relatoria dos processos de arquivamento de constituição, alteração e demais atos societários das sociedades de advogados.

Ricardo Bertucci – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Bertucci é graduado em Ciências Contábeis pela UFPR – Universidade Federal do Paraná e pós graduado em Controladoria pela FAE Business School. É sócio da Audicontrol – Auditoria e Controle desde 2011, sendo sócio sênior responsável pela condução da estratégia do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios.

Em relação aos indicados não há, nos últimos 5 anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% Participação
Saulo de Tarso Alves de Lara	Conselheiro	100%
	Fiscal - Membro Efetivo	
Paulo Roberto Franceschi	Conselheiro	100%
	Fiscal - Membro Efetivo	



Vanderlei Dominguez da Rosa	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Moacir Gibur	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	N/A
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	N/A
Ricardo Bertucci	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	N/A

Nome	Cargo	% Participação
Eduardo Haiama	Conselho de Administração - Membro Efetivo	100%
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Conselho de Administração - Membro Efetivo	100%
Carlos Augusto Leone Piani	Conselho de Administração - Membro Efetivo	100%
Augusto Miranda da Paz Júnior	Conselho de Administração - Membro Efetivo	100%
José Jorge de Vasconcelos	Conselho de Administração - Membro Efetivo	100%
Armando de Souza Nascimento	Conselho de Administração - Membro Efetivo	100%

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários:

Não aplicável.

12.9 e 12.10 – Em relação aos candidatos a membros dos conselhos fiscal e de administração do emissor:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores da Companhia; (b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou



indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Os srs. Saulo de Tarso Alves de Lara, Paulo Roberto Franceschi, Vanderlei Dominguez da Rosa, Moacir Gibur, Claudia Luciana Ceccatto de Trotta e Ricardo Bertucci também estão sendo indicados ao cargo de membros do Conselho Fiscal de Equatorial Energia S.A. e Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), ambas integrantes do grupo econômico do Emissor.



ANEXO V
Estatuto Social da Companhia
Anexo 11 (Instrução CVM 481/09)

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL

Artigo 1º. A **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA** é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º. A sociedade tem sede na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, que é seu foro, e deverá manter sua sede sempre dentro da área de concessão.

Parágrafo Único - Por deliberação da Diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios ou agências em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º. A sociedade tem por objeto construir e explorar sistemas de geração, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, nos termos da legislação em vigor, nas áreas em que tenha ou venha a ter a concessão legal para esses serviços, podendo também participar em outras sociedades congêneres e exercer atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionadas.

Parágrafo Primeiro - A sociedade deverá abrir seu capital e, durante o prazo da concessão, ser mantida como companhia aberta, com os valores mobiliários de sua emissão negociáveis em Bolsa de Valores.

Parágrafo Segundo - Deverão ser previamente submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ou órgão que a suceder, e ao Poder Concedente: a) qualquer alienação de ações que implique alteração do controle da sociedade; e/ou b) qualquer alteração estatutária de que resulte alteração do mesmo controle.



Artigo 4º. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES

REDAÇÃO ORIGINAL

Artigo 5º. O capital, totalmente integralizado, é de R\$1.521.739.772,15 (um bilhão, quinhentos e vinte um milhões, setecentos e trinta nove mil, setecentos e setenta e dois reais e quinze centavos) representado por 1.907.449.807 (um bilhão, novecentos e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 (um bilhão, novecentos e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, trezentos e sessenta e nove) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe “A”; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe “B”; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe “C”.

REDAÇÃO PROPOSTA

Artigo 5º. O capital, totalmente integralizado, é de R\$1.521.739.772,15 (um bilhão, quinhentos e vinte um milhões, setecentos e trinta nove mil, setecentos e setenta e dois reais e quinze centavos) representado por 2.209.074.007 (dois bilhões, duzentos e nove milhões, setenta e quatro mil e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 2.204.620.569 (dois bilhões, duzentos e quatro milhões, seiscentos e vinte mil, quinhentos e sessenta e nove) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe “A”; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe “B”; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe “C”.

JUSTIFICATIVA



Alteração na redação da proposta devido a rerratificação da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de abril de 2017, que aprovou a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, para alteração do seu artigo 5º, especificamente para retificar a quantidade de ações representativas do capital social.

Parágrafo Primeiro - A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias.

Parágrafo Segundo - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Artigo 6º. A sociedade poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral e observadas as disposições legais e as do presente Estatuto:

a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;

b) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Parágrafo Primeiro - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.



Parágrafo Segundo - O prazo para o exercício do direito de preferência, observado o disposto no Artigo 171 da Lei nº 6.404/76, é de 30 (trinta) dias contados da publicação da ata ou de aviso aos acionistas.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do disposto neste artigo, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 7º. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 8º. As ações preferenciais, inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito de voto nas Assembleias Gerais e gozarão dos seguintes direitos:

a) as ações preferenciais de classe “A” terão direito a receber dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;

b) as ações preferenciais de classe “B” terão direito a receber dividendo mínimo de 10% (dez por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;

c) as ações preferenciais de classe “C” terão direito a receber dividendo mínimo de 3% (três por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;

d) prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;

e) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de bonificações em ações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas ou de lucros. Os acionistas receberão



as ações decorrentes dos aumentos aqui previstos na mesma espécie e classe das que já possuem.

Parágrafo Primeiro - O não pagamento dos dividendos a que fazem jus as ações preferenciais, por 3 (três) exercícios consecutivos, conferirá a tais ações o direito de voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do exercício do direito de voto não implicará na perda, para essas ações, de sua qualidade de preferenciais.

Parágrafo Segundo - Dependerá da aprovação ou ratificação de acionistas representando mais da metade da classe preferencial afetada, reunidos em Assembleia Geral Especial, qualquer alteração nos direitos e vantagens atribuídos à respectiva classe de ação preferencial por este Estatuto.

Artigo 9º. A ação é indivisível em relação à sociedade. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 10. As ações representativas do capital social serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei n. 6.404/76.

Parágrafo Único - A sociedade poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 11. A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extrato da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.

Artigo 12. Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.



Parágrafo Único - Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 13. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito na sede da Sociedade, com 72 horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral, do comprovante expedido pela instituição depositária, na hipótese de a Companhia adotar ações escriturais.

Parágrafo Segundo - O edital de convocação também poderá condicionar a representação, por procurador do acionista na Assembleia Geral, a que o depósito do respectivo instrumento seja efetuado na sede da Companhia, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 14. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente da Companhia. Na ausência ou impedimento destes, o Presidente da Assembleia será escolhido pela maioria dos acionistas presentes. Em qualquer caso, o Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelo Presidente da Assembleia.



Artigo 15. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 16. A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, observadas as disposições legais e as deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - O prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 3 (três) anos, iniciando-se com a investidura dos mesmos em seus cargos, o que se dará mediante a assinatura aposta no Termo de Posse, no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e findando com a investidura de novos titulares.

Parágrafo Segundo - Cada administrador, ao firmar o termo de posse, deverá entregar a declaração exigida no artigo 157 da Lei nº 6.404/76, sendo dispensado de prestar caução.

Artigo 17. A Assembleia Geral fixará os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria.

Artigo 18. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos acionistas e residentes no país.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração deverá ser integrado, obrigatoriamente, por 01 (um) empregado do Plano Profissional de Cargos da sociedade, que tenha formação de nível universitário, eleito pelo voto do acionista controlador, caso as ações detidas pelos empregados não sejam suficientes para assegurar a respectiva eleição.

Artigo 19. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice Presidente, escolhidos pelos Conselheiros, por maioria de votos, na primeira reunião após a respectiva posse.



Artigo 20. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, com a observância da periodicidade, local e hora que previamente estabelecer e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, por seu Vice Presidente ou por dois Conselheiros, com 3 (três) dias de antecedência.

Parágrafo Primeiro - É dispensado o interregno de 3 (três) dias quando o Conselho se reunir com a presença de todos os seus membros em exercício.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas e assinadas em livro próprio. Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Artigo 21. Nos impedimentos ou ausências temporárias do Presidente do Conselho, este será substituído pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por Conselheiro indicado pelo próprio Conselho de Administração. Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer outro Conselheiro, competirá ao Conselho de Administração designar o seu substituto.

Parágrafo Primeiro - Em caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro, que não o Presidente do Conselho, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral na qual deverá ser eleito novo conselheiro pelo período remanescente do prazo de gestão do Conselheiro substituído.

Parágrafo Segundo - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do membro do Conselho de Administração que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 60 (sessenta) dias consecutivos.

Artigo 22. Além daqueles previstos em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos e a concretização das seguintes operações pela Companhia estão condicionadas à prévia aprovação pelo Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;



- (b) convocar a Assembleia Geral;
- (c) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixando-lhes as atribuições.
- (d) manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria Executiva e dos balanços consolidados, que deverão ser submetidos à sua apreciação, preferencialmente dentro de 02 (dois) meses contados do término do exercício social;
- (e) vetar a execução de decisões da Diretoria Executiva eventualmente adotadas contra as disposições deste Estatuto;
- (f) observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento,
 - (i) declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanço semestral, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; (ii) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- (g) a aprovação da política de dividendos da Companhia e a declaração, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral, de dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menor de tempo ou de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço;
- (h) a aprovação de quaisquer planos de negócio a longo prazo, de orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e de suas revisões;
- (i) a constituição de quaisquer ônus sobre bens móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;



- (j) a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 10% (dez por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;
- (k) a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;
- (l) a aprovação de investimentos e/ou a tomada de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, incluindo a emissão de notas promissórias comerciais (“Commercial Papers”), debêntures e/ou quaisquer outros títulos de crédito ou instrumentos semelhantes destinados à distribuição em quaisquer mercados de capitais, cujo valor individual ou global, no caso de uma série de operações vinculadas ou idênticas, seja superior a 5% do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia. Dependerão ainda da aprovação prévia do Conselho de Administração quaisquer das operações acima referidas, independentemente do valor, caso o endividamento adicional por elas representado ultrapasse, dentro de um determinado exercício social, 20% do patrimônio líquido da Companhia;
- (m) a celebração de qualquer contrato com qualquer acionista da Companhia;
- (n) a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de permanência em tesouraria para posterior cancelamento e/ou alienação, nos termos da legislação aplicável;
- (o) indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste Artigo; e
- (p) escolher e destituir os auditores independentes.

Artigo 23. A Diretoria será composta por até 9 (nove) membros, acionistas ou não, mas residentes no país, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais não terão designação específica, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.



Artigo 24. Nos impedimentos ou ausências temporárias do Diretor Presidente, este será substituído pelo Diretor de Relações com Investidores ou, na falta deste, pelo substituto escolhido pelo Conselho de Administração. Nos impedimentos ou ausências temporárias de outro Diretor, compete à Diretoria indicar, entre os Diretores, o(s) substituto(s) que acumulará(ão) interinamente as funções do Diretor impedido.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo vaga na Diretoria, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição interina até a primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a vacância, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído.

Parágrafo Segundo - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do Diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 60 (sessenta) dias consecutivos.

Artigo 25. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por iniciativa do Diretor-Presidente, devendo a convocação ser enviada por escrito, inclusive por meio de fac-símile, com 01 (um) dia útil de antecedência. Nas reuniões de Diretoria caberá ao Diretor Presidente, ou ao substituto em exercício, além do voto pessoal, o de qualidade.

Parágrafo Primeiro - O *quorum* de instalação das reuniões de Diretoria é a maioria dos membros em exercício, sendo um deles necessariamente o Diretor-Presidente ou o Diretor de Relações com Investidores. As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Qualquer reunião ordinária da Diretoria Executiva poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto de maior relevância a ser por ela decidido.

Parágrafo Terceiro - As decisões da Diretoria Executiva deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões.



Artigo 26. Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da sociedade, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, ouvindo previamente o Conselho de Administração, nos casos previstos neste Estatuto.

Artigo 27. Os poderes e atribuições da Diretoria Executiva serão exercidos observados os seguintes termos:

- (a) Compete ao Diretor-Presidente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) ter a seu cargo o comando dos negócios da Companhia; (iii) determinar e acompanhar o exercício das atribuições dos Diretores sem designação específica; (iv) presidir as Reuniões de Diretoria e as Assembleias Gerais, estas últimas no caso de ausência do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; (v) implementar as determinações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (vi) implementar o modelo de gestão da Companhia; e (vii) elaborar todos os relatórios técnicos referentes às atividades operacionais da Companhia e sobre quaisquer iniciativas de produção e desenvolvimento a ser proposto ao Conselho de Administração;
- (b) Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) substituir o Diretor-Presidente, em caso de designação pelo Conselho de Administração; (ii) divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e à Bolsa de Valores de São Paulo, se for o caso, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (iii) prestar informações aos investidores; e (iv) manter atualizado o registro da Companhia, prestando as informações necessárias para tanto, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários; e
- (c) Competirá aos Diretores sem designação específica: (i) a execução das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Presidente.

Artigo 28. Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados: (a) por quaisquer 2 (dois) Diretores; (b) por 1 (um)



Diretor qualquer, nos termos do parágrafo primeiro deste artigo; ou (c) por 1 (um) Diretor, em conjunto com 1 (um) procurador constituído nos termos do parágrafo segundo abaixo.

Parágrafo Primeiro - Poderá, ainda, a Companhia ser representada validamente por 1 (um) Diretor qualquer, inclusive na assunção de obrigações, desde que haja deliberação unânime, expressa e específica da Diretoria neste sentido, ou nas seguintes situações:

- (i) quando se tratar de contratar prestadores de serviço ou empregados;
- (ii) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;
- (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros;
- (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da companhia; e
- (v) na representação da companhia nas assembleias gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária, observado o disposto neste Estatuto.

Parágrafo Segundo - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, especificar expressamente os poderes conferidos e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, vedado o substabelecimento, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, que poderão ter prazo superior ou indeterminado e prever o substabelecimento, desde que com reservas de iguais poderes.

Parágrafo Terceiro - As procurações outorgadas a instituições financeiras para garantia de financiamentos poderão ter validade superior a 1 (um) ano, ficando restrita ao prazo do respectivo contrato de financiamento, e ainda prever o substabelecimento, sempre com reserva de iguais poderes.

Artigo 29. Em operações estranhas aos negócios e objeto social, é vedado aos Diretores, em nome da sociedade, concederem fianças e avais, ou contraírem obrigações de qualquer natureza, salvo prévia e expressa autorização do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Não se consideram operações estranhas aos negócios e objeto social, a concessão de fianças e avais, ou a assunção de obrigações de qualquer natureza, em favor de empresas controladas, controladoras ou coligadas da sociedade.



Parágrafo Segundo - Os atos praticados com infringência do disposto no artigo 29, supra, não serão válidos nem obrigarão a sociedade, respondendo cada Diretor pessoalmente pelos efeitos de tais atos.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 30. A sociedade terá Conselho Fiscal permanente, composto por 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

Artigo 31. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 32. O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 33. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

Artigo 34. Os lucros líquidos apurados serão destinados, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.



b) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;

c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76;

d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no artigo 35, infra;

e) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76;

f) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo único, infra, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único - A Reserva de Investimentos tem as seguintes características:

a) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade;

b) será destinado à Reserva de Investimento o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após as deduções referidas nas alíneas “a” a “e”, supra, deste Artigo;

c) a Reserva de Investimento deverá observar o limite previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76;

d) sem prejuízo do disposto na letra “a” deste Parágrafo, a Reserva de Investimento poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.



Artigo 35. Observado o disposto no Artigo 8º, supra, os acionistas terão direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de Reserva para Contingências (artigo 34, “b”, supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (c) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A parcela dos lucros destinada ao dividendo obrigatório, prevista no “caput” deste artigo, será aumentada, se necessário, de forma a assegurar aos acionistas preferenciais o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º, alíneas “a”, “b” e “c” deste estatuto.

Parágrafo Segundo - A distribuição dos dividendos será procedida, observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma: (i) os titulares de ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º deste estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no “caput” deste artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais; (ii) não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos entre as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe; (iii) após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e na medida em que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas ordinários receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições; (iv) os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais.

Parágrafo Terceiro - No cálculo do valor a ser distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório e/ou mínimo, com base no lucro líquido do exercício, serão compensados os valores dos dividendos que tenham sido antecipados no exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio imputados a dividendos.

Parágrafo Quarto - O saldo dos lucros líquidos poderá, por proposta da administração, ser destinado a:



a) dividendo suplementar aos acionistas;

b) saldo que se transfere para o exercício seguinte como retenção de lucros, devidamente justificada pelos administradores, para financiar plano de investimento previsto em orçamento de capital que for aprovado pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais e as normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Quinto - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da lei.

Parágrafo Sexto - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral Ordinária não ser ele compatível com a situação financeira da sociedade. O Conselho Fiscal deverá dar parecer sobre essa informação, devendo os administradores encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários a exposição justificada de motivos, no prazo de 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia Geral. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da sociedade.

Parágrafo Sétimo - As demonstrações financeiras de cada exercício conterão a proposta da administração de destinação integral do lucro do correspondente exercício, a ser submetida à Assembleia Geral; se a destinação proposta não lograr aprovação, as modificações introduzidas constarão da ata da Assembleia.

Artigo 36. Por determinação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares da sociedade. O Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes.

Artigo 37. A critério do Conselho de Administração, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório referido no artigo 36 supra.



Artigo 38. Prescrevem em favor da sociedade os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 39. A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 40. Fica eleito o foro da Capital do Estado do Pará, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto.

Artigo 41. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404/76.